CRISTIANO DIAS BARBOSA

A elite do crime e os crimes da elite:

um estudo sobre o crime organizado e sua interação
com atores e instituições estatais no México e no Brasil

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
relações internacionais do Instituto de Relações Internacionais da
Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de mestre

Orientador: prof. Leandro Piquet Carneiro

São Paulo
2019

Catálogo na publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo

Barbosa, Cristiano Dias

A elite do crime e os crimes da elite: um estudo sobre o crime organizado e sua interação com atores e instituições estatais no México e no Brasil / Cristiano Dias Barbosa ; orientador: Leandro Piquet Carneiro. – São Paulo, 2019.

65 p.

Dissertação (Mestrado) – Instituto de Relações Internacionais. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

1. Crime organizado 2. México 3. Brasil 4. Corrupção 4. Narcotráfico
I. Carneiro, Leandro Piquet, orient. II. Título.

CDD – 364.106

Folha de aprovação

BARBOSA, Cristiano Dias

A elite do crime e os crimes da elite: um estudo sobre o crime organizado e sua interação com atores e instituições estatais no México e no Brasil

Dissertação apresentada ao Instituto de Relações
Internacionais da Universidade de São Paulo para obtenção do
título de mestre em relações internacionais

Prof. Dr.: Leandro Piquet Carneiro (Orientador)

Instituição: Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI-USP)

Prof. Dr.: Fábio Ramazzini Bechara

Instituição: Universidade Presbiteriana Mackenzie

Prof. Dr.: Silvio Luiz de Almeida

Instituição: Universidade Presbiteriana Mackenzie

A Paulo e Lili

Resumo

BARBOSA, Cristiano Dias. **A elite do crime e os crimes da elite: um estudo sobre o crime organizado e sua interação com atores e instituições estatais no México e no Brasil**. 2019, 65 p. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

O crime organizado no Brasil está tão infiltrado no estado quanto no México. A diferença é que, enquanto no caso mexicano ele se organiza em cartéis violentos, formados nos estratos mais baixos da sociedade, no modelo brasileiro ele conspira do alto, a partir de sua elite política e econômica. Levando em conta essa particularidade, o texto explora um desenho de pesquisa de casos mais similares, aproveitando simetrias históricas, culturais e econômicas entre os dois países, para refletir sobre as razões dessa diferença sutil no caráter da captura do estado por grupos criminosos.

Palavras-chave: Crime Organizado. México. Brasil. Narcotráfico. Corrupção.

Abstract

BARBOSA, C. D. **The elite of crime and the crimes of the elite: a case study about organized crime and its interaction with actors and state institutions in Mexico and Brazil**. 2019, 65 p. Dissertation (Master's degree in International Relations) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Organized crime in Brazil has penetrated the state in Brazil as much as in Mexico. The difference is that while in Mexico it is organized by violent cartels, formed in the lowest rungs of society, in Brazil it conspires from above, from its political and economic elite. Considering this particular feature, the text uses a most similar case research design, taking advantage of historical, cultural and economic symmetries between the two countries, to reflect on the reasons for this small difference in the character of state capture by criminal networks.

Keywords: Organized Crime. Mexico. Brazil. Drug Trafficking. Corruption.

Lista de gráficos

Figura 1 – Crescimento econômico (1980-2018)	33
Figura 2 – Exportação de bens e serviços (em % do PIB)	34
Figura 2 – Importação de bens e serviços (em % do PIB)	34

Lista de tabelas

Tabela 1 – Delitos secundários	19
Tabela 2 – Divisão da economia por setor (em % do PIB)	33
Tabela 3 – Alguns dos principais líderes de organizações mexicanas	40
Tabela 4 – Alguns dos principais líderes de organizações brasileiras	40

Sumário

1 — Introdução	8
2 — O dinamismo do crime	10
3 — Breve revisão de literatura.....	12
3.1 — O labirinto da definição.....	12
3.2 — Um mercado cinza.....	13
3.3 — A elite do crime e os crimes da elite	15
3.4 — O lucro e a lógica econômica	17
3.5 — A violência	20
3.6 — A corrupção	23
3.7 — A estrutura.....	25
4 — O crime organizado nos estudos de segurança.....	28
4.1 — A globalização.....	28
4.2 — O enfraquecimento dos estados.....	28
4.3 — A transnacionalização do crime organizado.....	29
4.4 — A interação com o estado	30
5 — Brasil e México: iguais e diferentes	32
5.1 — A herança ibérica.....	32
5.2 — A Igreja.....	34
5.3 — O exército	34
5.4 — A economia	35
5.5 — A polícia	39
5.6 — O vizinho do Norte.....	39
5.7 — A estabilidade política.....	40
5.8 — Criminosos no campo e na cidade.....	42
5.9 — O autoritarismo.....	44
6 — Conclusão.....	46
7 — Bibliografia	49
8 — Notas	60

1 — Introdução

Este trabalho começou como um estudo sobre o crime organizado e sua interação com o estado. Partindo do entendimento contraintuitivo de que organizações criminosas não sobrevivem sem contato com governos e usam violência e corrupção como meio de sobrevivência, a ideia era explorar o impacto deste fenômeno usando um desenho de pesquisa de casos mais semelhantes: Brasil e México. Ambos os países têm características constitutivas parecidas (federalismo, história, população, economia, cultura), mas apresentam resultados distintos: embora sejam intensamente afetados pela ação do crime organizado, a natureza desta penetração não é a mesma.

No México, a associação da elite política é com cartéis formados no substrato da sociedade e sob os quais pesam mais de duas dezenas de tipos de ações ilícitas praticadas visando lucro. No Brasil, a elite política e econômica é o principal sindicato do crime. Se, no caso mexicano, o estado praticamente se fundiu com as organizações criminosas, em uma relação que é ora simbiótica, ora exploratória, dependendo da escolha semântica de alguns autores, no caso brasileiro é o escol da sociedade que se organiza para a captura do butim.

Embora evidente, é crucial que se faça algumas ressalvas. A primeira é que a constatação dessa diferença não significa, de nenhum modo, que grupos violentos não sejam também um problema brasileiro. Da mesma maneira, também não implica em que a elite política e econômica do México não esteja envolvida em casos de corrupção e de desvio de dinheiro público. Trata-se aqui de analisar apenas por que um naco do estado mexicano optou pela relação exploratória com um tipo de crime organizado, enquanto o brasileiro tornou-se íntimo de outra espécie de grupo criminoso.

A segunda questão envolve um claro dilema de origem, uma “alça estranha”¹ que escapa do objetivo do trabalho. Aparentemente, os grupos violentos mantêm uma relação distante com os principais atores estatais brasileiros. Ou eles são rejeitados pela elite nacional por razões morais e econômicas ou ainda não obtiveram rendimentos suficientes para se associar à alta-roda do poder. No México, é mais difícil estabelecer esta relação. Crimes corporativos parecem ter menor dimensão, pelo menos em valores nominais, mas não necessariamente em razão do espaço e das receitas geradas por outros tipos de delito. No caso mexicano, as deficiências institucionais jogam um papel importante, mas há ainda um outro dilema. A convivência entre cartéis e classe política

tornou-se tão estreita que é difícil determinar se a dinheirama do crime é que corrompe o poder ou se é, como defendem muitos analistas, a classe política que explora a criminalidade.

Por fim, o estudo do tema é perseguido por outro fantasma: o fato novo. Em 2010, a equipe do Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology, de Leipzig, na Alemanha, anunciou que a análise do DNA de uma falange encontrada na Caverna Denisova, na Sibéria, revelou uma espécie humana ainda não conhecida, batizada de “hominídeo de Denisova”. O avanço nos métodos de análise de DNA mitocondrial montou um quadro mais complexo da vida durante o Pleistoceno. Em algumas áreas, como a paleogenética, uma descoberta que dá início a uma nova teoria ocorre em gerações alternadas. No estudo do crime organizado, hominídeos de Denisova costumam a aparecer com uma frequência incômoda, como fica claro adiante.

O sol mal havia dado as caras no dia 7 de novembro de 1991. Passava um pouco das 6 horas e o King Air sacolejava pelos céus de Veracruz com dez agentes da Procuradoria Geral da República (PGR), entre eles o comandante Eduardo Salazar Carrillo. O objetivo era abordar um Cessna com 370 quilos de cocaína que se preparava para aterrisar em uma pista clandestina em Llano de la Víbora, município de Tlalixcoyan. A avioneta vinha sendo monitorada desde que entrou em território mexicano, em Chiapas, por radares da Drug Enforcement Administration (DEA), a agência antidrogas dos Estados Unidos, e um Aero Commander, também da PGR.

Depois de algumas voltas, o Cessna pousou. A porta se abriu e dois narcos correram em direção às árvores. Os agentes da PGR aterrissaram logo atrás. Do alto, o Aero Commander filmava a operação. O flagrante não era complicado de executar, mas os tiros começaram antes de os motores do King Air serem cortados. Eram soldados do Exército mexicano que disparavam contra agentes da lei. Alguns minutos depois, os corpos de sete policiais se espalhavam pela pista clandestina – apenas o coronel Carrillo e os dois pilotos sobreviveram.

Avisados pelo rádio, agentes da PGR levaram 9 horas para chegar ao local e encontraram um cordão de isolamento do Exército. De longe, era possível ver os três sobreviventes detidos pelos soldados e os sete cadáveres cobertos. A cocaína era descarregada do Cessna e colocada em uma caminhonete branca onde se lia: “Productos Agrícolas Frutas y Legumbres”. Seguiu-se uma troca de palavrões e ameaças inúteis. O general Alfredo Morán Acevedo, comandante da 26ª Zona Militar, estava irredutível. O subprocurador-geral da república, Octavio Porte Petit, chegou de helicóptero, trocou algumas palavras com os militares e foi embora. Apenas no fim da tarde uma ambulância do Exército enviou os defuntos para o Instituto Médico Legal de Veracruz.

O governo disse que o incidente ocorreu em razão de uma “confusão entre elementos das duas corporações”. Os narcotraficantes desapareceram e ficou a pergunta: o aconteceu em Tlalixcoyan? Onde foram parar os 370 quilos de cocaína? Ninguém nunca soube a verdade e o tiroteio entrou para o anedotário do realismo mágico que se tornou o crime organizado no México, um lugar em que episódios inexplicáveis vão se empilhando nas fileiras do esquecimento.

O cenário kafkiano da segurança pública mexicana é um problema ainda mais grave. Em março de 1995, Raúl Salinas de Gortari, irmão do presidente Carlos Salinas de Gortari, foi preso

sob acusação de lavagem de dinheiro e assassinato. A vítima era o cunhado, José Francisco Ruiz Massieu, secretário-geral do Partido Revolucionário Institucional (PRI). A mulher de Carlos, Paulina Castañón, foi detida em Genebra, em novembro do mesmo ano, tentando sacar US\$ 84 milhões de uma conta secreta. O caçula da família, Enrique Salinas de Gortari, foi encontrado morto em 2004, sufocado com um saco de plástico dentro de um Passat prateado no subúrbio da capital do país.

No México, o envolvimento do crime organizado violento com o poder não se resume à ficha corrida da parentela de um cacique que ocupou por seis anos a residência oficial de Los Pinos. Em 2012, Enrique Peña Nieto, recém-eleito presidente pelo PRI, reuniu os 19 governadores de seu partido para uma foto emblemática na entrada do Palácio Nacional. Cinco anos depois, 10 estariam presos, processados ou foragidos. Entre 2000 e 2013, o México teve 63 governadores, dos quais 41 se envolveram com os cartéis. No total, apenas 16 foram investigados e 4, condenados.² Os narcodólares que pagam campanhas legislativas também compram agentes de segurança, magistrados e funcionários públicos em uma escala pouco comum, até mesmo para os padrões latino-americanos.

Quando este projeto começou a ser desenvolvido, em 2013, havia poucos indícios no Brasil de que o crime organizado também houvesse chegado tão alto nos escalões da república. A CPI do Narcotráfico, de 2001, até hoje o documento mais abrangente sobre a relação entre crime organizado e o poder, apresentou um relatório final com o indiciamento de mais de 800 pessoas. Entre elas, apenas 2 deputados federais, 14 estaduais e 6 desembargadores. Também entraram na lista alguns prefeitos, delegados de polícia, policiais civis, militares e empresários. Anos depois, permaneciam raros os casos de justaposição entre crime organizado e classe política.

No início, a pergunta que guiava a pesquisa era por que o caso brasileiro seria diferente do mexicano? Por que em dois países estruturalmente tão parecidos o crime organizado havia se expandido de maneira tão desigual dentro do estado e de suas instituições? Por que a elite política brasileira não havia se sujado como a mexicana e apostado na relação lucrativa com a criminalidade? O dinamismo do crime organizado revelou uma resposta inesperada.

3 — Breve revisão de literatura

3.1 — O labirinto da definição

Conceituar o crime organizado sempre foi uma tarefa gigantesca e não há uma definição que seja amplamente aceita (ABIDINSKY, 2007; PAOLI, 2011³). Do ponto de vista jurídico, a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, firmada em Palermo, em 2000, definiu organização criminosa como “uma associação estruturada de três ou mais pessoas, existente há algum tempo e atuando em conluio com o propósito de cometer uma ou mais infrações graves, com a intenção de obter, direta ou indiretamente, benefício econômico ou outro benefício material”.⁴

A Declaração de Palermo tentou enquadrar a questão jurídica, mas ainda há muita imprecisão, especialmente sob a perspectiva acadêmica. O crime organizado não é um fenômeno empírico claramente discernível e não existe consenso sobre qual seria sua “essência” ou sua “natureza” (LAMPE, 2005). Albanese (2004) optou por uma compilação de definições: “Trata-se de um empreendimento criminoso contínuo que racionalmente se move pelo lucro em atividades ilícitas que suprem a demanda geral. Sua existência contínua é mantida pelo uso da força, ameaça, controle e corrupção de funcionários públicos”.⁵

No geral, há definições à la carte. Algumas dissonantes, outras convergentes. Dificilmente um único conceito encerra a discussão em razão da diversidade disciplinar das abordagens e de uma realidade que muda mais rápido do que a produção acadêmica consegue acompanhar. Entre tantas alternativas, a pesquisa se aproxima do conceito mais amplo de Albin e McIlwain, que facilita um dos objetivos: analisar a presença do crime organizado em todos os espectros da sociedade latino-americana, incluindo a influência da elite política e econômica, muitas vezes poupada de observações mais críticas.

Crime organizado é uma forma de atividade criminosa dentro do sistema social composta por redes centralizadas ou descentralizadas de pelo menos três atores envolvidos em um contínuo empreendimento ilícito cujo tamanho, finalidade, estrutura e liderança dependem do objetivo da organização. Sua ação se aproveita de oportunidades criadas por leis, regras, costumes sociais e é impulsionada pelo lucro ou pela obtenção de alguma forma de poder que proporcione ascensão social por meio do uso de capital econômico ou político. Membros desta rede podem ou não pertencer aos subterrâneos da sociedade. Em alguns casos, usam a força ou ações fraudulentas para extorquir suas vítimas. Em outros, fornecem bens e serviços ilícitos para consumidores em mercados

nos quais tais atividades são permitidas graças à complacência de agentes corruptos dos setores público e privado, que são recompensados por meio de favores políticos ou pagamentos diretos ou indiretos. (ALBINI e MCILLWAIN, 2012, p.81-82)

3.2 — Um mercado cinza

Em um primeiro momento, o crime organizado parece ter práticas e atores bem definidos. No Brasil, a primeira imagem é a de um traficante, jovem e negro, armado com um fuzil de assalto, no ponto mais alto de uma favela carioca, ou o chefe de um exército informal que comanda o bando de dentro de um presídio de São Paulo. No México, são psicopatas carregando armas pesadas, pistolas de ouro, ricos e violentos, que fogem da cadeia pagando em dinheiro vivo o preço da liberdade. A missão inicial, portanto, é transcender essa visão restrita e muitas vezes preconceituosa.

Parte da dificuldade inerente à definição de crime organizado está no fato de ele estar por todos os lados. O jovem negro segurando um AR-15 no Vidigal ou o novo-rico tresloucado que manda matar um prefeito em Sinaloa são apenas a parte mais visível do fenômeno. Ao redor deles gravitam advogados, economistas, policiais e políticos que se inserem nesta relação turva, de maneira passiva ou ativa. Na escuridão, é difícil separar legal e ilegal. Mesmo assim, todas as sociedades parecem envolvidas por essa predisposição quase instintiva de blindar suas elites, de separar o que é lícito e ilícito mesmo que, muitas vezes, seja impossível. Para isso, criam-se circunlocuções que se tornaram jargões correntes: “economia paralela”, “mercado negro” ou “submundo”. Nada disto existe no mundo real.

Buscaglia (2015) estima que 40% da economia mexicana esteja de alguma forma ligada ao mercado ilícito. Caballero (2018) calcula que os cartéis já tenham se infiltrado em 78% dos setores do PIB do país. A Lista SDN (Specially Designated Nationals), do Departamento do Tesouro norte-americano, relaciona 694 pessoas ou entidades mexicanas envolvidas com o tráfico de drogas. As sanções incluem congelamento de bens e proibição de transações financeiras nos Estados Unidos. No entanto, a relação de contribuintes contida na base de dados do Imposto Sobre Salários (ISN), da Secretaria de Administração e Finanças do Estado de Sinaloa, mostra que vários narcotraficantes que estão na Lista SDN participam ativamente de atividades econômicas e pagam impostos regularmente.⁶

Em depoimento ao Comitê de Assuntos Governamentais do Senado dos Estados Unidos,

William F. Roemer, ex-agente do FBI, diz que “o crime organizado está por todas as partes”. “Em nenhum lugar o crime organizado pode operar de maneira efetiva sem a conivência de funcionários públicos. Isto inclui policiais, legisladores, juízes e políticos” (US SENATE, 1983).⁷

Dudley (2016) também tenta romper o dualismo que envolve as organizações criminosas.

Existe uma tendência a simplificar o que é crime organizado, dividindo os papéis da história em ‘mocinhos’ e ‘bandidos’. No entanto, crime organizado existe para satisfazer necessidades e é o pano de fundo da maior parte de nossa vida social. Ele beneficia muitas pessoas, muito além dos que estão diretamente envolvidos. (DUDLEY 2016, p. 5)

Segundo Miklaucic e Naím (2013), aproximadamente de 8% a 10% do PIB da China está associado à manufatura e exportação de produtos contrafeitos. No Afeganistão, 60% do PIB vem do cultivo da papoula, matéria-prima do ópio.

Todos os dias, milhões de pessoas ao redor do mundo se levantam, vão para o trabalho e sustentam suas famílias graças a alguma atividade que rotulamos de criminosa. Produtos falsificados e contrabandeados são consumidos por indivíduos comuns ao redor do mundo; muitas vezes sem conhecimento, mas na maioria das vezes conhecendo bem a origem ilícita do produto. (MIKLAUCIC e NAÍM, 2013, p. 152)

A bruma que envolve as economias legal e ilegal é um fenômeno antigo. Tilly (2002) analisa o papel da violência de atores não estatais na formação de estados modernos. Segundo ele, banditismo, pirataria, rivalidade entre gangues, policiamento e guerra fazem parte do mesmo processo contínuo.⁸ “Por trás da pirataria no mar, agiam cidades e cidades-estados. Por trás do banditismo, a pirataria terrestre, havia o constante apoio dos lordes” (BRAUDEL, 1966 apud TILLY, 2002).⁹

Muitas nações surgiram e se desenvolveram com ajuda de origem questionável. O almirante Piet Heyn, pirata holandês, capturou a frota de prata da Espanha em Cuba, em 1628, e financiou a resistência contra as tropas espanholas na Guerra dos Oitenta Anos (GROENVELD e SCHUTTE, 1992).¹⁰ O contrabando de melão do Caribe para a Nova Inglaterra foi importante para sustentar o esforço de independência dos Estados Unidos, que se consolidou como nação graças ao mercado ilegal. “A Guerra de Independência nada mais foi do que uma rebelião contra a repressão britânica ao comércio ilícito” (ANDREAS, 2013).¹¹

3.3 — A elite do crime e os crimes da elite

Apesar de as evidências serem parte de uma velha história, durante muitos anos o universo ilícito foi tratado de maneira restrita. Uma corrente majoritária na criminologia encarou o tema de maneira compartimentada (NELKEN,1997; CLARKE,1990; CROALL,1992). Atos ilícitos cometidos pelo estrato mais baixo da sociedade merecem enquadramento especial, um tipo de repressão mais dura. Há, no entanto, outra corrente que defende uma visão mais integrada, que promove a associação de ambos os conceitos (SUTHERLAND,1983; RUGGIERO,1996, NAYLOR,1997). Para eles, ações criminosas não são realizadas à margem da sociedade. Não existe economia paralela, mas integração e, muitas vezes, interdependência entre mercados lícito e ilícito. O crime atuaria, portanto, incorporado às comunidades e seria essencial à sobrevivência econômica, principalmente em regiões periféricas.

O primeiro campo identifica os atores principais como bandidos, gângsteres e narcotraficantes. O segundo inclui na equação o papel de banqueiros, políticos e membros das forças de segurança. O resultado da primeira abordagem é uma visão distorcida e muitas vezes preconceituosa do fenômeno. O olhar tradicional carrega um alto risco de encarar o problema como um jogo de soma-zero entre “bons” e “maus” atores, quando na verdade parte da elite política, da comunidade empresarial e da sociedade opera direta ou indiretamente em atividades ilegais. Portanto, ao estudar a natureza e a intensidade de sua relação com o estado, é necessário expandir a noção de crime organizado, um vetor que não simplesmente penetra, mas principalmente se funde com os protagonistas que atuam na economia legal.

Outra razão para considerar uma linha de investigação menos restritiva está ligada ao impacto político e econômico da criminalidade na sociedade de uma maneira geral. Estudar estes dois efeitos como elementos estanques aumenta o risco de perder de vista um quadro mais completo da interação entre organizações criminosas e estado. O impacto político é definitivamente negativo. Sem que se perceba qualquer efeito colateral, a delinquência organizada afeta diretamente a governança, se infiltra em partidos políticos, deturpa o processo eleitoral, corrompe as instituições e fragiliza a democracia.

O impacto econômico, contudo, é bastante ambíguo, como visto anteriormente. O ganho pode vir de negócios legais, que na maioria das vezes servem para lavar o dinheiro que flui por vias ilegítimas (MALTZ, 1994; KRUISBERGEN, KLEEMANS e KOUWENBERG, 2015).¹² É

importante entender esta pluralidade da atividade econômica para mapear grupos criminosos que atuam em rede, como cartéis de droga, gangues e organizações terroristas (VAN DIJK e SPAPENS, 2014).¹³ Muitas vezes, as mesmas receitas ilegais que distorcem o mercado podem ser a única fonte de renda e de investimentos em muitas localidades. O negócio ilícito aumenta os gastos com aplicação da lei, aparato repressivo, segurança e detenções, mas também injeta recursos importantes para o desenvolvimento econômico.

Foi o caso de Miami. Em 1979, o Federal Reserve Bank (o Banco Central dos Estados Unidos) registrou um saldo de US\$ 5,5 bilhões em depósitos em contas-correntes em sua sucursal da Flórida, mais do que a soma de todas as 12 sucursais do Fed no país. Antes de o governo do presidente Ronald Reagan aumentar as regulamentações e aprovar leis de conformidade, os narcotraficantes chegavam aos bancos da cidade com dinheiro em sacolas, carrinhos de supermercado e malas (STREATFEILD, 2001).¹⁴ Miami prosperou. As gruas começaram a operar freneticamente e os arranha-céus subiram. A esta altura, o boom imobiliário da cidade era movido a cocaína (MOHL, 1982¹⁵, SCOTT e MARSHALL, 1991¹⁶; FEILING, 2009¹⁷).

Da mesma forma, muitos “brokers” atualmente movimentam a economia de pequenas cidades dos Estados Unidos. Broker é um termo roubado do mercado financeiro para designar o indivíduo que faz a intermediação entre o produtor da droga e o distribuidor ou vendedor em território norte-americano. É um intermediário. Ou, como dizem os mexicanos, um “narcogringo”. Eles são cidadãos norte-americanos que trabalham de maneira independente, vendendo seus serviços para uma ou mais organizações criminosas ao mesmo tempo, sem que isto crie um conflito de interesses (ESQUIVEL, 2016).¹⁸

Oficialmente, a DEA chama o broker de “chefe de célula”. Ele é responsável por mover os carregamentos da fronteira para as grandes cidades.¹⁹ Para isso, aluga casas (“narcobodegas” ou “stashhouses”), geralmente vazias, que servem para estocar mercadoria. Em seguida, contrata o frete, assumindo ele mesmo o risco econômico e criminal, caso o caminhoneiro seja preso. Depois, lava o dinheiro, pagando pelo serviço de outros intermediários que também agem de maneira autônoma. A independência é importante porque, caso caia uma peça do dominó, a rede de contatos é preservada. De acordo com Esquivel (2016), o dinheiro é depositado em contas de bancos dos Estados Unidos, cada um em nome de um correntista distinto, sempre em quantias menores que US\$ 10 mil, para evitar as explicações sobre a origem do dinheiro exigidas pelo Departamento do Tesouro. Dias depois, a bolada é sacada limpa das contas ou transferida

eletronicamente para fora do país.

Há ainda outros meios, como investimentos em produção agrícola, nos Estados Unidos, e exportação da mercadoria para o México (REALUYO, 2012²⁰; NEUMAN, 2010²¹) ou a compra de ações de empresas na Bolsa de Valores de Nova York (ESQUIVEL, 2016).²² Os próprios bancos admitiram participação na lavagem de dinheiro do crime organizado: o Wachovia Bank, em 2010, reconheceu que pelo seu sistema passaram US\$ 400 bilhões, de 2004 a 2007 (FLETCHER, 2010). O HSBC, em 2012, assumiu ter aceitado mais de US\$ 15 bilhões em transações de cartões e organizações terroristas, entre 2003 e 2011 (VISWANATHA e WOLF, 2012). E o Rabobank, em 2018, confessou ter permitido a entrada de US\$ 369 milhões do narcotráfico mexicano, de 2009 a 2012 (SPAGAT, 2018).

3.4 — O lucro e a lógica econômica

Sem a perspectiva do ganho econômico não é possível entender o crime organizado. O fenômeno é uma atividade empresarial que envolve risco e lucro (GOTTSCHALK, 2010²³; FIORENTINI e PELTZMAN, 1995). Sob um prisma clausewitziano, as organizações criminosas são a continuação dos negócios por outros meios (WILLIAMS, 2013).²⁴ Van Duyne (2005) considera as atividades legais e ilegais “meias-irmãs”. “São diferentes, mas têm tanta coisa em comum que é impossível negar sua relação”.²⁵

A oferta de bens e serviços ilícitos é a essência dos grupos criminosos. Qualquer necessidade ou produto que não seja regulamentado ou esteja em falta no mercado, dependendo da demanda, torna-se um negócio lucrativo. Muitos usam drogas, solicitam sexo ou apostam em cassinos. Alguns precisam de um rim, querem adotar uma criança sem burocracia ou cruzar fronteiras em busca de uma vida melhor. Outros precisam de armas, planejam fraudar o seguro ou consomem DVDs piratas comprados de camelôs (NAÍM, 2006). “É a batalha entre as fraquezas e os desejos mundanos, leis e moral, que são responsáveis pelo lucro do crime organizado” (FICKENAUER 2007).²⁶

Estabelecida a proximidade – ou muitas vezes a fusão – entre legal e ilegal, o próximo desafio é taxonômico. Encontrar a tipologia certa para tornar mais claro sobre o que se fala. Neste sentido, a barreira a ser vencida é combinar as ações de um violento cartel mexicano e o tipo de crime organizado dominante no Brasil, semelhanças e diferenças, e como elas se encaixam na

literatura sobre o tema. Em princípio, parecem ações desconexas, cometidas em planetas distintos. Por isso, é um bom começo adotar a abordagem integrada, que aponta para uma convergência de interesses econômicos entre crime, estado e suas elites políticas, a amálgama entre economia legal e ilegal.

Para conflagrar dois tipos de crimes aparentemente desconexos é preciso adotar um foco alternativo. Naylor (2003) propôs uma tipologia que muda o objeto de análise. Em vez de focar nos “atores”, sua proposta se concentra nos “atos”, uma maneira diferente de teorias e abordagens tradicionais. Segundo ele, os “crimes com fins lucrativos” (*profit-driven crimes*) devem ser compreendidos em termos econômicos, em vez de sociológicos. Sob esta perspectiva, eles podem ser divididos em três categorias.

A primeira, de *crimes predatórios*, envolve “transferência involuntária de bens ou de propriedades”, como furto, roubo, extorsão e sequestro. “Até hoje, a mentalidade dos órgãos de segurança tende a encarar o crime como um fenômeno predatório”.²⁷ A segunda, de *crimes com base no mercado* (market-based), surge a partir do momento em que é tomada a decisão de criminalizar o consumo de determinado bem ou hábito – como álcool, jogo, prostituição, maconha ou cocaína. Entre as características principais estão a produção, distribuição e transferência voluntária de bens ilegais. A terceira, os *crimes comerciais*, seriam cometidos por entidades legais, empresários, investidores, empresas que fornecem bens legais, mas recorrendo a métodos proibidos, como fraudes bancárias, contábeis, publicidade enganosa ou manipulação em licitações de contratos públicos. “Trata-se de um negócio envolvendo bens e serviços legais de maneira ilegal”.²⁸

Em princípio, diante da tipologia de Naylor, é possível fazer a seguinte generalização: a força da criminalidade mexicana está nos crimes com base no mercado (market-based), enquanto os grupos criminosos brasileiros, concentrados na elite política e econômica do país, conspiram para cometer crimes comerciais. No Brasil, há organizações que exploram os crimes de mercado e os predatórios. No México, a elite política e econômica também se organiza para cometer crimes comerciais. A diferença, no entanto, é a dimensão em que isto ocorre.

De acordo com estudo realizado pela Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados do Brasil, o faturamento anual de todo o mercado de drogas ilícitas no país é estimado em R\$ 14,5 bilhões.²⁹ Nas 33 páginas do indiciamento de Joaquín Guzmán Loera, “El Chapo”, o governo norte-americano estima apenas a fortuna do ex-chefe do Cartel de Sinaloa em US\$ 14 bilhões

(cerca de R\$ 55 bilhões).³⁰ No México, a criminalidade rende anualmente US\$ 40 bilhões (cerca de R\$ 157 bilhões).³¹

Sob comando de Chapo, a frota do Cartel de Sinaloa tornou-se maior que a da Aeroméxico, maior linha aérea privada do país. Entre 2006 e 2015, autoridades mexicanas apreenderam 599 aeronaves que operavam em 4.771 pistas de mais de 500 metros (SÁNCHEZ, 2016).³² As 18 páginas da sentença de Jorge Arevalo-Kessler retratam o poder do cartel. Piloto talentoso, de família rica, ele tinha proposta para pilotar jatos comerciais da Emirates Airlines, mas foi seduzido por Sinaloa. Detido em abril de 2008, foi extraditado para os Estados Unidos, onde cumpre pena de 11 anos de prisão.³³ No Brasil, apenas os crimes comerciais têm esta dimensão. Segundo laudo pericial da Polícia Federal, o total de pagamentos indevidos da Petrobras para 27 construtoras pode chegar a R\$ 42,8 bilhões, apenas em 2014.³⁴

No México também há escândalos de corrupção, mas em escala diferente. Alguns casos enigmáticos ajudam a colocar a questão em perspectiva. Em 2012, David Barstow, jornalista do *New York Times*, recebeu um Prêmio Pulitzer por ter revelado que a Walmart, maior rede varejista dos Estados Unidos, expandiu suas operações mexicanas com uma política agressiva de propina a funcionários públicos. No total, a empresa pagou US\$ 24 milhões em subornos.³⁵

Em abril de 2017, o governador do estado de Veracruz, Javier Duarte, e a primeira-dama, Karime Macías, foram acusados de desviar US\$ 5,6 milhões dos cofres públicos (cerca de R\$ 22 milhões), menos da metade dos R\$ 51 milhões que a Polícia Federal do Brasil encontrou em uma única batida no apartamento do ex-ministro Geddel Vieira Lima, em Salvador, em setembro de 2017.³⁶

Outro escândalo conhecido foi o “Caso da Casa Blanca”, revelado em novembro de 2014. A primeira-dama do México, Angélica Rivera, comprou uma mansão pertencente ao Grupo Higa, que ganhava contratos públicos desde a época em que o presidente Enrique Peña Nieto era governador do estado do México. O valor da operação: US\$ 7 milhões.

Ironicamente, um dos casos de crimes comerciais mais vultosos envolveu uma empresa brasileira, a Odebrecht, que pagou US\$ 10,5 milhões em propinas para funcionários da Pemex, a estatal do petróleo, entre 2010 e 2014, para obter contratos públicos. Segundo acordo de leniência firmado pela empreiteira brasileira com o Departamento de Justiça dos Estados Unidos, em 2016, o dinheiro foi entregue a Emilio Lozoya, ex-diretor da estatal mexicana, e teria entrado na campanha presidencial de Peña Nieto. Um único pagamento, feito entre dezembro de 2013 e

2014, era de US\$ 6 milhões, quase o mesmo valor da mansão da primeira-dama.³⁷

3.5 — A violência

Se a lente usada para analisar a criminalidade é econômica, então dois outros tipos de crimes importantes são ferramentas para garantir o lucro: violência e corrupção. Albanese (2005) destaca ser quase um consenso entre os autores que o crime organizado funciona como um empreendimento que busca o lucro em atividades ilegais e garante sua sobrevivência por meio da ameaça ou do uso da força.³⁸ Abadinsky (2007) também reconhece a “disposição de usar a violência” como traço fundamental do crime organizado.³⁹

De acordo com Gambetta (2013), a violência ou a ameaça de uso da força é usada por grupos criminosos para manter a disciplina interna, expandir o controle de território ou contra consumidores que não honram dívidas e funcionários públicos mais indispostos. Em muitos casos, o medo serve para extorquir civis ou intimidar adversários. É importante lembrar ainda que a criminalidade opera em um ambiente altamente competitivo e não pode recorrer ao sistema legal para solucionar controvérsias. Assim, eventuais disputas são resolvidas à bala (KRUISBERGEN, VAN DE BUNT e KLEEMANS, 2012⁴⁰; WILLIAMS, 2013⁴¹).

Para Schneider (2013), a violência é mais comum em mercados instáveis onde há concorrência. Neste caso, os grupos lutam entre si para manter a hegemonia, o monopólio do negócio e, muitas vezes, contra o próprio estado. Bailey e Taylor (2009) analisam especificamente esta questão. Eles investigam as razões pelas quais o crime organizado lançaria uma campanha de violência contra as forças da ordem sob pena de romper o equilíbrio que dá estabilidade ao negócio. Os grupos criminosos, segundo eles, não têm intenção de assumir papel de governo, mas sim conquistar objetivos políticos. Por isso, adotam preferencialmente métodos menos custosos, como a evasão e a corrupção. A violência ocorre, porém, quando “os custos de tolerar novas ações do estado se tornam maiores do que os riscos de atrair atenção para o negócio”. Portanto, ao contrário da insurgência, que emprega a violência para derrubar um regime, o crime organizado violento usaria a brutalidade apenas para mudar uma política de estado (BAILEY e TAYLOR, 2009).⁴²

Em parte, esta percepção usa como exemplo a ação de um apêndice do Cartel de Medellín, nos anos 80. O grupo conhecido como “Los Extraditables” empreendeu uma campanha brutal

contra o estado para reverter a política de extradição de narcotraficantes colombianos para os Estados Unidos.

“Soubemos que o governo pretende extraditar o cidadão Jorge Luis Ochoa para os Estados Unidos. Para nós, isto constitui a mais vil das ofensas. Declararemos guerra total e absoluta contra toda a classe política dirigente do país. Executaremos sem considerações de nenhuma natureza os principais líderes políticos dos partidos tradicionais”. (Comunicado dos ‘Extraditables’ enviado a Juan Gomez Martinez, editor do jornal *El Colombiano*, GUGLIOTTA e LEAN, 2011)

No México de hoje, a estratégia dos “Extraditables” é facilmente identificada por meio das “narcomantas”, mensagens escritas em trapos de pano deixadas nos locais de atentados ou de execuções.⁴³ Após as eleições de 2012, por exemplo, os Caballeros Templarios espalharam narcomantas em vários municípios do estado de Michoacán exigindo uma retribuição do governador Fausto Vallejo, do PRI, pelo apoio dado na campanha.⁴⁴

Apesar de o objetivo principal das organizações criminosas estar mais ligado à influência política do que ao exercício do poder, tomar o controle do estado não é uma realidade muito distante. Pelo menos não na América Latina.

Em julho de 1980, Roberto Suárez Gómez, conhecido como o “Rei da Cocaína”, liderou um grupo de narcotraficantes no financiamento de um violento golpe de estado na Bolívia, que colocou o general Luis García Meza na presidência. Dias depois de concretizado o “Golpe da Cocaína”, o coronel Luis Arce Gómez, primo do “Rei da Cocaína”, tornou-se ministro do Interior e começou a libertar contrabandistas e narcotraficantes da cadeia, que se juntaram aos esquadrões da morte comandados por Klaus Barbie, o “Carniceiro de Lyon”, ex-diretor da Gestapo (SCOTT e MARSHALL, 1991).⁴⁵ “O golpe foi articulado para que García Meza pudesse proteger os interesses de Suárez e de comandantes militares como o coronel Gómez, que faturavam anualmente US\$ 500 milhões com venda de cocaína” (MARCY, 2010).⁴⁶

O crime organizado na Venezuela seguiu um roteiro parecido. Neste caso, não foi necessário o uso da violência para assumir o controle de maneira tão direta quanto na Bolívia. No caso venezuelano, o crime foi alçado ao poder após o alinhamento de duas forças. A primeira, o Plano Colômbia, que causou um “efeito balão”. Entre 2000 e 2005, os Estados Unidos enviaram US\$ 4,5 bilhões em ajuda ao governo colombiano, que passou a pressionar as duas guerrilhas: as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e o Exército de Libertação Nacional (ELN). Ambas foram obrigadas a mover suas operações para países vizinhos (VEILLETTE,

2005).⁴⁷

No mesmo momento, o golpe frustrado de abril de 2002 fez o presidente Hugo Chávez radicalizar sua revolução bolivariana. Temendo uma invasão estrangeira, o regime chavista enviou a Guarda Nacional para a fronteira com a Colômbia, que já estava infestada de narcotraficantes, expondo os militares a um contato fatal. Internamente, Chávez promoveu um expurgo nas Forças Armadas e na PDVSA, a estatal do petróleo, e começou uma lenta militarização da burocracia estatal. “A partir deste momento, começou o ‘franqueamento’ do território venezuelano, que consistia basicamente na possibilidade de esta organização criminosa (o Cartel de los Soles) utilizar o país como base de operações para suas atividades” (COLMENARES, 2015).⁴⁸

Em 2010, nas páginas de seu indiciamento, o narcotraficante venezuelano Walid Makled afirma que teve em sua folha de pagamento 40 generais e altos funcionários do governo chavista. Makled apresentou documentos assinados por generais e ministros que aceitaram pagamentos. (FARAH, 2012).⁴⁹ Em 2015, os dois sobrinhos do presidente Nicolás Maduro, presos com 800 quilos de cocaína no Haiti, foram condenados a 18 anos de cadeia nos Estados Unidos (US V. CAMPO FLORES ET AL). Em 2017, o ex-vice-presidente Tareck el-Aissami foi listado como narcotraficante pelo Departamento do Tesouro (OFAC, 2017). Portanto, diferentemente da análise de Bailey e Taylor, a transformação da Venezuela em um narcoestado, fartamente documentada, mostra que é possível o crime organizado assumir o poder, se os benefícios superarem os riscos.

Na Tabela 1, Naylor (2003)⁵⁰ classifica violência e corrupção como “delitos secundários”. O termo “secundário”, no entanto, pode passar a falsa impressão de que ambos cumprem função marginal nos casos mexicano e brasileiro, quando na verdade são cruciais.

Tabela 1 – Delitos secundários

TIPO DE CRIME	VIOLÊNCIA	CORRUPÇÃO
PREDATÓRIO	Normal	Rara
MERCADO	Ocasional	Ocasional
COMERCIAL	Rara	Normal

Em crimes predatórios, a violência é um instrumento fundamental, sem o qual não existiria delito. Em crimes com base no mercado, a ação violenta não é necessária em si, já que o negócio de bens e serviços é voluntário. Ela ocorre, segundo Naylor, em uma “fase auxiliar”, em disputas por espaço e lucro entre grupos rivais. Em crimes comerciais, a violência é tão rara que pode ser considerada “praticamente inexistente” – poderia ocorrer apenas em algumas tentativas de escapar da captura.

O tráfico de drogas ilícitas, que se insere nos crimes com base no mercado, ainda representa a maior parte da renda das organizações criminosas do México. No entanto, o narcotráfico não é a única fonte de ingresso (UNODC, 2017).⁵¹ A tendência à diversificação das receitas inclui a incursão em outros 21 tipos diferentes de delitos (BUSCAGLIA, 2013 e 2015)⁵², boa parte deles se insere dentro da categoria de crimes predatórios, como definida por Naylor, que exigem a violência como protagonista.

O Brasil não está imune à brutalidade dos crimes predatórios e nem, de “maneira auxiliar”, à violência dos crimes com base no mercado. Contudo, com relação ao crime comercial, ela não existe. No caso brasileiro, os grandes atores já pertencem ao estado e a violência para alterar qualquer direcionamento político, portanto, é desnecessária. Em parte, a ausência de ações violentas ajuda a explicar a tolerância de sistemas jurídicos de várias partes do mundo, que preveem somente penas administrativas e multas.

Há problemas na determinação de uma culpabilidade corporativa, dificuldades em definir se faz sentido permitir julgamentos para crimes corporativos, discordâncias sobre se as proteções oferecidas a pessoas que enfrentam processos devem ser estendidas a empresas e questionamentos sobre se é possível até mesmo que um crime corporativo exista independentemente das ações de gerentes e de executivos. É por isso que, em algumas jurisdições, as infrações corporativas são quase sempre tratadas como questões regulatórias, com a punição restrita a multas. (Naylor 2003, p. 95)

3.6 — A corrupção

Do ponto de vista do estado, a corrupção pode ser definida como o uso de cargo público para ganhos privados (TREISMAN, 2000) ou o abuso de autoridade governamental para ganhos pessoais (TANZI, 1998). Sob a perspectiva privada, seria simplesmente o pagamento em troca de vantagens econômicas (NAYLOR, 2003) ou a transgressão das leis de funcionamento da economia de mercado, das normas ou dos valores com o propósito de obter vantagens (ZULUAGA NIETO, 1996).

Não há como quantificar a corrupção, mas é possível medir a percepção do fenômeno. Diferentes índices de várias organizações são usados por pesquisadores que trabalham com o tema. Seu caráter subjetivo, porém, pode trazer um problema de viés. Quanto mais um governo aperta o cerco contra a corrupção, mais aumenta a sensação do problema, o que pode distorcer sua dimensão.

No entanto, algumas pesquisas ajudam a calibrar a direção. Por meio de regressões, cruzando pesquisas de percepção da corrupção com variáveis socioeconômicas e históricas, Treisman (2000) testa correlações e algumas hipóteses, tentando responder por que alguns países são mais corruptos que outros, e extrai três conclusões principais.⁵³

A primeira é que países que adotaram a “common law” (direito anglo-saxão) tendem a ser menos corruptos que os que optaram pelo direito civil: o argumento é que o direito comum foi montado pelo parlamento para a proteção da propriedade privada contra abusos do estado, enquanto o direito civil nasce de leis feitas por legisladores ou juristas para cumprir a vontade dominante de soberanos. Em países que adotaram o direito anglo-saxão, a justiça é mais bem administrada e a tendência é que haja mais transparência e proteções contra abusos de autoridade. Da mesma forma, Reino Unido e ex-colônias tendem a ser menos corruptos que outros países, já que os britânicos aperfeiçoaram uma “cultura da lei” e se preocupam com aspectos jurídicos procedimentais, enquanto em outros lugares a prioridade é o respeito pela hierarquia e autoridade, diminuindo as chances de exposição das elites locais a casos que atinjam o alto escalão de poder.

O segundo fator seria religioso. Treisman encontrou evidências de que o ambiente é menos contaminado pela corrupção onde há mais alternância de poder e em locais onde a religião é menos hierarquizada, como em países protestantes. Católicos, muçulmanos e ortodoxos, que respeitam uma hierarquia rígida, tendem a manter o mesmo governante por mais tempo na cadeira, criando um ambiente mais propenso à corrupção. Além disso, o foco do protestantismo é o indivíduo, ao contrário de religiões que valorizam laços familiares, que favorecem o nepotismo.

O federalismo é um terceiro fator que apresentou correlação positiva com a corrupção. Há evidências, segundo Treisman, de que a competição entre diferentes níveis autônomos de governo para arrancar propinas dos mesmos atores econômicos produza um efeito destrutivo.⁵⁴

Com relação ao período de exposição à democracia e ao grau de abertura econômica, outras duas hipóteses testadas, Treisman identificou um impacto reduzido na percepção da corrupção. Há correlação entre longos períodos democráticos e queda do nível de corrupção, mas o efeito é

pequeno. “Apenas um período muito longo de exposição à democracia parece necessário para reduzir a corrupção”.⁵⁵ O aumento das importações também sugere uma correlação negativa com a corrupção, embora em escala menor do que o autor esperava.⁵⁶

Na literatura, é consenso que a corrupção é essencial para o crime organizado, que busca neutralizar ou invalidar ações do governo, evitar investigações, detenções, processos e condenações por meio de pagamentos a policiais, promotores ou agentes da lei (FINCKENAUER 2007). Na divisão tripartite proposta por Naylor, o uso da corrupção para cometer crimes predatórios, com base no mercado e comerciais teria uma relação inversa à violência. Crimes predatórios, isoladamente, não envolvem corrupção. Delitos com base no mercado também não, já que a transferência de bens e serviços é voluntária.

No entanto, a corrupção ocorre como consequência de ambos (crimes com base no mercado e predatórios), quando criminosos tentam subverter o cumprimento da lei para encobrir suas ações. A corrupção ocorre de maneira mais comum em crimes comerciais, quando aqueles que buscam vantagens comerciais a utilizam (a corrupção) para fraudar os meios normais e obter acesso a contratos e recursos. (NAYLOR 2003, p. 94)

México e Brasil, portanto, estão do lado errado sob todas as perspectivas analisadas por Treisman: adotaram o direito civil, não foram colônias britânicas, são países majoritariamente católicos, estados federais e passaram por longos períodos de autoritarismo. Assim, sob este aspecto, a corrupção tornou-se um problema comum nos casos mexicano e brasileiro. Em ambos, porém, com nuances diferentes. No Brasil, dominado pelos crimes comerciais, ela é condição vital para a prática criminosa. No México, é um delito auxiliar, embora fundamental para a estrutura e para sobrevivência do negócio.

3.7 — A estrutura

Muitos criminologistas acreditam que o contexto político no qual a organização opera seja um fator crucial para determinar sua estrutura. Grupos com hierarquia rígida buscam um ambiente onde o estado seja fraco, altamente corruptível e a aplicação da lei seja seletiva. (PAOLI, 2011).⁵⁷ Um exemplo desta dinâmica seriam as máfias italianas e os narcotraficantes mexicanos, que prosperaram diante da fragilidade das autoridades locais. Em sentido contrário, os cartéis de Cali e Medellín, com suas estruturas gigantescas, foram pulverizados em grupelhos

depois que as instituições colombianas se fortaleceram (PAOLI, 2011; VAN DIJK e SPAPENS, 2014).

O perfil de uma organização criminosa varia de acordo com sua origem. O que não é pouco. A literatura aponta a existência de organizações de laços familiares ou étnicos, de grupos ideológicos (políticos ou religiosos), de outros formados por militares ou agentes das forças de segurança, além de gangues ligadas especificamente a um determinado local. Uma abordagem exclusivamente tipológica dos grupos criminosos, portanto, pode se tornar uma tarefa tão inútil quanto sem fim (ALBINI, 1971).⁵⁸

A partir desta miríade de linhagens, porém, há classificações relevantes quanto à finalidade das organizações criminosas. Taft e England (1966) identificam dois tipos: uma predatória, especializada em extorsão; outra que fornece serviços que suprem uma demanda do mercado⁵⁹. Muitas, no entanto, atuam nas duas frentes, principalmente na América Latina, onde os grupos têm estruturas mais complexas.

Nos últimos anos, a hierarquia do crime vem sofrendo alterações. O modelo rígido, por exemplo, comum às megaorganizações dos anos 90, entrou em extinção. Embora não tenham desaparecido completamente, chefões no comando de um exército de peões, em ordem decrescente de autoridade, deram lugar a redes ilícitas ligadas por um fiapo de percepção mútua (GOTTSCALK, 2010).⁶⁰ A nova configuração garante a continuidade da atividade criminosa, dificulta a repressão policial e facilita a substituição da cúpula em caso de prisão ou morte de uma das peças da engrenagem (VAN DIJK e SPAPENS, 2014⁶¹; FINCKENAUER, 2007⁶²).

Dados do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime apontam cinco tipos de organizações, das quais três envolvem-se de maneira mais direta neste estudo.⁶³ Primeiro, as *organizações transnacionais de hierarquia rígida*, que apresentam modelo piramidal e um líder que comanda ações violentas e exerce controle de território. São os cartéis colombianos dos anos 90 e parte das organizações mexicanas atuais. Segundo, *grupos de hierarquia rígida, mas de alcance restrito*, que são as gangues que atuam em nível local como agentes de uma organização mais poderosa de outro país ou são protagonistas onde o crime organizado vive fase embrionária. Por fim, o que ele chama de *grupo principal*, que é ligado a pequenas células com pouco contato entre si, de estrutura horizontal e sem qualquer relação étnica, como as bandas criminosas emergentes colombianas (bacrim) e alguns cartéis mexicanos.

No entanto, para entender a estrutura de grupos que cometem crimes comerciais é preciso

buscar outra fonte. Especificamente no caso brasileiro, a organização criminosa se forma a partir do alto, comandada por uma dúzia de cardeais que ocupam cargos de liderança política. Ao analisar a evolução dos partidos nas democracias ocidentais, Katz e Mair (1992) identificam uma metamorfose de legendas tradicionais em “partidos cartel”.⁶⁴ Na Europa, esta transformação de partidos de elite em partidos de massa, depois em “partidos catch-all”⁶⁵ e em partidos cartel foi lenta e durou um século. No Brasil, esse processo foi interrompido pela ditadura militar, mas se acelerou após a redemocratização, nos anos 80, até que o ciclo se completasse recentemente.

A origem do “partido cartel” está no descolamento entre os eleitores e seus representantes. A política torna-se uma profissão e o político, um funcionário público dependente dos recursos do estado que não vive mais para servir à população. A competição eleitoral diminui, é substituída pelo conluio, os gastos com campanha aumentam e a militância voluntária desaparece. Os partidos se infiltram no poder e se tornam muito mais representantes do estado do que da sociedade.

Central para os modelos anteriores era a ideia de alternância. Havia partidos que estavam claramente “dentro” do poder e outros que estavam claramente “fora”. O medo de ser retirado do cargo pelos eleitores era visto como grande incentivo para os políticos serem sensíveis às demandas dos cidadãos. Com a cartelização, porém, nenhum dos partidos está definitivamente “fora” do poder. Como resultado, há um sentido crescente de que a democracia eleitoral é um meio pelo qual os governantes controlam os governados, e não o contrário (KATZ e MAIR, 1992, p. 22)

Desde 1994, a disputa eleitoral no Brasil foi polarizada entre dois partidos (PT e PSDB), com um terceiro (PMDB) participando da base aliada em todos os governos das últimas três décadas. Atualmente, 238 deputados e senadores, ou 38,8% do Congresso brasileiro, são investigados no STF, 51 apenas no âmbito da Lava Jato.

4 — O crime organizado nos estudos de segurança

Como apontou Williams (2013)⁶⁶, o crime organizado é uma das atividades mais antigas de que se tem registro, mas permaneceu um fenômeno doméstico até o fim da Guerra Fria. No início dos anos 90, os Estados Unidos substituíram sua luta contra o comunismo pela guerra às drogas e o tema é finalmente alçado à categoria de ameaça à segurança internacional (MALONE e MALONE-ROWE, 2014).⁶⁷ No início, sua securitização foi criticada tanto por “falcões”, que viam o mundo sob um prisma exclusivamente militar, quanto por “pombas”, que desdenhavam da questão com o argumento de que ela não passava de uma muleta usada pelos profetas do apocalipse para substituir o maligno império soviético. Dois fatores contribuíram para essa mudança de patamar: a globalização e a intensificação do processo de falência dos estados.

4.1 — A globalização

A intensificação do fenômeno da globalização envolve fluxos de pessoas, bens, capitais, informações, ideias, mensagens e serviços. O “espaço dos fluxos” tornou-se um espaço global (HELD, 2004).⁶⁸ A integração econômica sem precedentes, portanto, ajudou a expansão das trocas comerciais, lícitas e ilícitas, que se aproveitaram da abertura comercial, da revolução tecnológica e de novas conexões em rede (NAÍM, 2006).⁶⁹

Entre os impactos do estreitamento das fronteiras estão o aumento do tráfico de produtos legais, que facilita o acobertamento de mercadoria contrabandeada; a maior mobilidade, que acelerou as viagens de indivíduos ao redor do mundo; e a massificação da internet, que permitiu a eclosão de crimes online, de baixo risco e alto lucro (VAN DIJK e SPAPENS, 2014).⁷⁰

4.2 — O enfraquecimento dos estados

No entanto, a globalização isoladamente não explica a internacionalização do crime. Era preciso uma base operacional para aproveitar o cenário globalizado. Desta forma, os estados fracos surgem como o terreno fértil por onde a delinquência organizada e internacionaliza. Rotberg (2003) define estados fracos como aqueles incapazes de fornecer em quantidade ou qualidade adequada “bens políticos” à população.⁷¹ Muitas agências de consultoria e ONGs

classificam esses estados como “frágeis”. O Banco Mundial usa o termo “Países de Baixo Rendimento sob Estresse (LICUS)”. Seja qual for a qualificação, são estados instáveis e vulneráveis – um meio termo entre estados “fortes”, com democracias consolidadas, e “falidos”, já totalmente disfuncionais.

O mecanismo que liga o crime organizado ao processo de falência dos estados ocorre de três formas. Primeiro, como base para a ação de grupos ligados a atividades ilícitas. Nações frágeis apresentam baixo grau de legitimidade do estado, controle frouxo de fronteiras e alto grau de impunidade. Em segundo lugar, o estado influencia a expansão da delinquência também com ações diretas: é ele quem aprova leis, regula o comércio e impõe tarifas, proporcionando novas oportunidades e lucros para o crime organizado (ANDREAS, 1999).⁷²

Por fim, os estados, especialmente os mais instáveis, favorecem as organizações criminosas simplesmente em razão de suas “assimetrias criminógenas” (PASSAS, 1998)⁷³, ou seja, diferentes leis significam oportunidades para o crime. Estados onde há um alto nível de sigilo bancário, por exemplo, são mais propensos à lavagem de dinheiro. Outros mais ricos ou com uma extensa base de consumidores, atraem grupos criminosos em busca de novos mercados.

Apesar de o crime organizado transnacional geralmente estar associado à fragilidade dos estados, não há consenso sobre o fato de ele ser a causa ou o efeito da instabilidade. “Embora seja sintoma da fragilidade, a criminalidade cria uma dinâmica própria que intensifica as causas da degradação do estado e pode ser melhor definida como uma causa adjacente de seu enfraquecimento” (WEST, 2006).⁷⁴ Isto torna os países periféricos, especialmente a América Latina, em razão de características próprias, presas fáceis da criminalidade.

4.3 — A transnacionalização do crime organizado

O rigor da atuação do estado, contudo, pode ter relação direta com a expansão e a transnacionalização do crime organizado. Muitas vezes, é o “efeito balão” que explica o crescimento e o deslocamento de uma atividade criminosa através das fronteiras globalizadas. O fechamento da rota do Caribe, nos anos 80, foi determinante para que o narcotráfico se espalhasse pelo México. A repressão na Colômbia e no México, a partir dos anos 2000, deteriorou a segurança pública em países da América Central e na Venezuela.

O reconhecimento internacional do processo de transnacionalização veio em novembro de

1994, na Conferência Mundial sobre o Crime Organizado Transnacional, em Nápoles, na Itália. Pela primeira vez, no âmbito da ONU, os problemas criados pela delinquência organizada foram examinados. No ano seguinte, o presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, reconheceu o novo desafio com dois gestos simbólicos: a Decisão Diretiva Presidencial 42, que determina o esforço conjunto das agências e departamentos do governo norte-americano no combate ao crime⁷⁵, e seu discurso na Assembleia-Geral da ONU, que pedia cooperação internacional na luta contra “criminosos organizados, terroristas, traficantes de drogas e contrabandistas”.⁷⁶

O ápice desta lenta escalada seria a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, firmada em Palermo, em 2000, o primeiro marco legal internacional sobre o tema. Com 114 assinaturas em nove meses, o documento caminhava para fixar o crime organizado no centro do debate sobre segurança internacional quando os ataques de 11 de setembro de 2001 colocaram os holofotes no terrorismo global. Os campos de batalha da Ásia Central, porém, jamais deixaram que o tema deixasse a agenda de segurança internacional. Em pouco tempo de guerra ao terror, as forças norte-americanas perceberam que a insurgência islâmica se sustentava do contrabando de petróleo e da produção de heroína, o que tornava impossível a estabilização da região (PETERS, 2011).

Se do outro lado do mundo o banditismo era o flagelo da coalizão internacional contra os jihadistas, os Estados Unidos logo descobriam um desastre épico em formação no quintal de casa: a guerra às drogas, travada desde 2006 pelo governo mexicano, deixava um rastro de violência. Os cartéis engoliram os países do istmo centro-americano. Por meio da corrupção e da intimidação, organizações criminosas transnacionais de México, Colômbia, Brasil e Venezuela saltaram o oceano e se estabeleceram em lugares distantes, se escorando na fragilidade de nações africanas. Programas como o Plano Colômbia e a Iniciativa Mérida, usados para afrouxar o nó atado pelo crime organizado nas Américas, recolocaram o tema no panteão das ameaças globais.

4.4 — A interação com o estado

Schelling (1967) foi um dos pioneiros da moderna literatura analítica sobre a relação do crime com a política. Desde então, muitas abordagens multidimensionais foram propostas, entre elas os modelos evolutivos de Lupsha (1996), de Beato e Zilli (2012) e de Godson, em parceria com Bailey (2000) e com Williams (2002).

Beato e Zilli identificam três fases na evolução do convívio entre crime e estado. A primeira é a do *crime desorganizado*, marcada por episódios esparsos de violência, prisões de pequenos traficantes de drogas com pouca articulação entre si, baixa complexidade da atividade ilegal e baixo grau de corrupção policial. Na segunda fase, classificada de *competição e extinção*, as organizações criminosas já estão estruturadas e tentam se impor pelo uso da força, causando enfrentamentos e retaliações violentas. Neste momento, entram em cena grupos de policiais corruptos e violentos que mantêm uma relação simbiótica com o crime. Por fim, a terceira fase, a do *controle de mercados*, registra a prisão ou eliminação de competidores, o que tende a diminuir a violência. Outras características desta etapa são a diversificação das atividades ilícitas, que ganham certa complexidade, a intensificação da relação com as forças de segurança, especialmente a entrada de representantes do crime em cargos eletivos, e a descentralização da estrutura do crime organizado.

Já o modelo de Bailey e Godson enquadra a relação política-crime em uma dicotomia *sistêmico-centralizada e fragmentada-competitiva*. O primeiro cenário apresenta um governo centralizado ao qual as organizações criminosas ainda são subordinadas. No segundo, a descentralização enfraquece o poder central e abre espaço para o fortalecimento do crime organizado e para a competição entre grupos criminosos, que estabelecem relações mais complexas e dinâmicas (BAILEY e GODSON, 2000).⁷⁷

Por fim, Lupsha desenvolveu dois padrões de nexos entre política e crime: um “modelo evolutivo” e um “modelo explorador”. No primeiro, há uma evolução da relação em três etapas: predatória (quando gangues de rua se fixam em determinado território), parasitária (quando grupos criminosos estabelecem as primeiras ligações corruptas com o poder) e simbiótica (quando organizações criminosas e sistema político se convertem em uma única corporação). No segundo modelo, as organizações criminosas já não são vistas mais como úteis ou como um mal necessário, mas são encaradas como uma galinha dos ovos de ouro, que deve ser explorada e usada como fonte de enriquecimento pela elite política. O mérito dessa abordagem é inverter o senso comum, retirando das autoridades o caráter passivo na relação com a corrupção, o que ajuda a explicar porque é difícil combater o crime organizado nesse estágio (LUPSHA, 1996 apud PIMENTEL, 1999).⁷⁸

5 — Brasil e México: iguais e diferentes

A primeira hipótese considerada na origem da pesquisa era de que o México, segundo o modelo de Lupsha, se encontra no estágio exploratório. O Brasil estaria vivendo a etapa simbiótica. No entanto, com o tempo, ficou evidente que mais importante do que a localização dos casos nesta escala era a natureza da penetração das organizações criminosas.

Em março de 2014, a Polícia Federal do Brasil desencadeou uma longa e lenta sangria de fatos novos ao anunciar uma investigação sobre a relação entre atores do mercado clandestino de câmbio com o tráfico internacional de drogas, corrupção de agentes públicos, sonegação fiscal, evasão de divisas, contrabando e desvios de recursos públicos. A Operação Lava Jato mostrou que a elite política brasileira estava tão envolvida com o crime organizado quanto a mexicana.

A diferença, portanto, passou a ter menos relação com a intensidade da interação entre crime e estado e mais com o tipo e a origem das organizações criminosas que se associam aos atores intraestatais nos casos mexicano e brasileiro. Assim, é possível enquadrar ambos no estágio exploratório do modelo de Lupsha.

Seguindo um desenho de pesquisa de casos mais similares, as simetrias entre México e Brasil ganham importância porque acentuam as variáveis independentes e tornam a comparação entre os casos mais verossímil. O objetivo, portanto, não é esquadrihar cada detalhe da formação e constituição dos estados ou realizar um estudo profundo de política comparada, mas sugerir, em linhas gerais, o que as principais diferenças nos contam sobre a natureza do crime em ambos os países.

5.1 — A herança ibérica

Impressa no DNA de todas as nações latino-americanas está uma herança luso-hispânica. As independências de Brasil e México têm origem comum: a desintegração ibérica do período napoleônico. Embora a separação tenha sido marcada por processos históricos diferentes, as duas primeiras constituições foram escritas no mesmo ano: 1824. A brasileira, de caráter monárquico e centralizador. A mexicana, regionalista e liberal. A história deixou marcas próprias no primeiro século dos novos dois países, embora ambas não tenham escapado da interminável batalha entre liberais e conservadores que contagiou toda a América Latina.

Com o tempo, o estado brasileiro se republicanizou, embora não tenha perdido de fato seu caráter autoritário. O México fez o caminho inverso, em direção à centralização, consolidada após o Porfiriato, de 1876 a 1911, período em que o liberalismo mexicano adotou a filosofia positivista, exatamente no momento em que a república brasileira era criada sob o mesmo lema.

O lema dos positivistas mexicanos, assim como em outras partes da América Latina, era liberdade e progresso por meio da paz e da ordem. A chave do positivismo mexicano, implementada pelos diversos governos de Porfírio Díaz, de 1877 a 1880 e de 1884 a 1911, era a ordem. (CAMP, 1999, p. 33)

Falta ao caso brasileiro um processo revolucionário, como ocorreu no México no início do século 20. No entanto, as tensões que deram causa à Revolução de 1910 também estavam presentes no Brasil: concentração agrária, autonomias regionais, imobilidade social, fragilidade econômica. A revolução despertou um nacionalismo mexicano, que se expressou tanto na pintura regional dos muralistas quanto no avanço do controle estatal de atividades extrativistas – o presidente Lázaro Cárdenas nacionalizou o petróleo e criou a Pemex, em 1938.

Dois episódios da história do Brasil são reflexos desses acontecimentos. O primeiro, o burburinho causado pelo movimento modernista brasileiro, a partir de 1922. O segundo, a campanha “O Petróleo é Nosso”, que terminou com a criação da Petrobrás, em 1953, no governo de Getúlio Vargas. A partir daí, nas duas pontas do continente, o estado foi lentamente assumindo o controle de tudo: empresas de telefonia, eletricidade, ferrovias e estradas – até começar a se livrar do patrimônio em um processo de privatizações, que no México começou em meados dos anos 80 e, no Brasil, a partir da década de 90.

Outro legado luso-hispânico é o corporativismo, a maneira peculiar pela qual grupos recebem privilégios do estado em troca de apoio. No México, inicialmente, a relação especial era com militares, Igreja e mercadores. No entanto, a rede se expandiu com o tempo. Nas sete décadas de priismo, o corporativismo atingiu praticamente todos os setores do país, incluindo o crime organizado. No Brasil, o modelo corporativo de estado foi mais marcante no Estado Novo, de 1930 a 1945, que estabeleceu um regime de partido único, nacionalista e autoritário, como o PRI.

México e Brasil também se encontram no personalismo, que prevalece em detrimento das instituições, um estado generoso, que desde o período colonial é o maior empregador. Ambos são reféns de uma burocracia sempre ineficiente, da mentalidade individualista que se sobrepõe ao

espírito coletivo e de uma incômoda tradição de desrespeito à lei. “A primazia dos interesses pessoal e familiar é um fator fundamental na evolução política do México, de 1830 até o fim do século 20” (CAMP, 1999).⁷⁹

Por fim, os dois países adotaram o federalismo. No caso brasileiro, são 26 estados e um Distrito Federal; no mexicano, 31 estados e um Distrito Federal. Em ambos, as unidades subnacionais são relativamente autônomas, submetidas a competências remanescentes, dotadas de governo, constituição e espelham o modelo federal de divisão tripartite de poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Os estados estão submetidos a restrições parecidas: não podem cunhar moeda, contrair dívida externa, possuir exército ou manter relações internacionais. As assembleias estaduais também são unicamerais. A lei é espelhada no direito civil (*civil law*) e submetido a três instâncias: local, regional e corte suprema.⁸⁰

5.2 — A Igreja

México e Brasil são países majoritariamente católicos e produto da cultura da Igreja, que sempre exerceu forte influência política em ambos os países. O processo de secularização do estado foi lento. No caso brasileiro, ele se intensifica com a proclamação da república e a Constituição de 1891, que pela primeira vez determina a separação entre Igreja e estado, extingue a definição de paróquia como unidade administrativa, acaba com a religião oficial, cria cartórios para registros civis e cemitérios públicos.

No México, as restrições se tornaram mais severas com a Constituição de 1917, especialmente tirando das mãos dos clérigos o monopólio sobre a educação. Em ambos os países, no entanto, a Igreja nunca deixou de exercer papel político, principalmente como mediador durante crises e períodos autoritários, canalizando a frustração da população.

5.3 — O exército

No plano militar, o Exército teve papel um pouco diferente nos dois países. Enquanto a história do Brasil é marcada pelo avanço e recuo da interferência dos generais na vida política, no México, as autoridades civis conseguiram manter as tropas dentro dos quartéis. Esse controle foi facilitado, principalmente, pela presença de um partido único, de caráter autoritário, formado ele

mesmo por generais veteranos da luta revolucionária. Com o tempo, os civis mantiveram a autoridade por meio de um controle na alocação de recursos, sempre reduzindo a participação do exército no orçamento federal (WILKIE, 1970).

No entanto, o fato de o exército não ter deixado as casernas no México não significa que ninguém tenha cumprido papel autoritário reservado aos militares brasileiros. Os militares mexicanos, sob as ordens do PRI, também combateram guerrilhas: o Exército Zapatista de Libertação Nacional e o Exército Popular Revolucionário. E foi a partir da habilidade de membros das Forças Armadas que o crime começou a se organizar em ambos os países, a partir dos anos 70, como fica claro adiante.

5.4 — A economia

As analogias econômicas básicas são as mais marcantes. O Brasil tem 207 milhões de habitantes para um PIB de US\$ 2,05 trilhões (renda per capita de US\$ 9,9 mil).⁸¹ O México, 123 milhões para um PIB de US\$ 1,15 trilhão (renda per capita de US\$ 9,3 mil). Os dois países são os mais populosos da América Latina, mercados consumidores significativos, e têm as maiores economias da região, constituindo juntos cerca de 58% do PIB latino-americano.⁸²

Brasil e México apresentam ainda uma evolução parecida. Historicamente, as duas economias estiveram sempre à mercê do humor internacional. Abaixo, a figura mostra como ambos passaram pela crise da dívida, nos anos 80, que atingiu o ponto mais agudo em 1986, no México, e chegou ao Brasil dois anos depois. Nos anos 90, as crises vieram da falta de reservas internacionais em um contexto de austeridade fiscal e estabilização. No México, o colapso do peso e a fuga de capitais causaram o Efeito Tequila, que começou em 1994 e chegou ao Brasil em 1998, embora com menos intensidade. As duas economias também sofrem uma queda comum, em 2008, após a crise financeira global. O maior descompasso está na crise brasileira de 2015 e 2016, causada pela conjuntura política local, que não foi acompanhada pelo México. No entanto, ambos voltam à sincronia e a previsão do FMI é de crescimento econômico igual em 2018.

Figura 1

A Tabela 2 mostra semelhanças também na composição do PIB por setor econômico. Enquanto a agricultura é responsável apenas por uma nesga da riqueza de ambos os países, a indústria aparece em um distante segundo plano (um quinto, no Brasil, e um terço, no México), deixando a maior parte do PIB nas mãos do setor de serviços.⁸³

Tabela 2 – Divisão da economia por setor (em % do PIB)

	PRIMÁRIO	SECUNDÁRIO	TERCIÁRIO
MÉXICO	3,5	33,8	62,7
BRASIL	5,5	21,2	73,3

No entanto, a diferença mais importante é a dependência do comércio exterior. Em exportações e importações (em % do PIB), Brasil e México seguem padrões parecidos até 1994, quando o governo mexicano firmou o Acordo de Livre-Comércio da América do Norte (Nafta), com Estados Unidos e Canadá. A adesão a um pacto comercial tripartite com dois países centrais fez o comércio exterior mexicano disparar em importância relativa.

Figura 2

Figura 3

Neste contexto, o Nafta joga um papel importante no poder adquirido pelas organizações criminosas mexicanas, que cresceram com o aumento das trocas comerciais. Justamente quando os grandes cartéis colombianos eram desmantelados, os mexicanos viam as portas do mercado norte-americano se abrirem. Assim, eles começavam o processo de amadurecimento para assumir

a liderança do narcotráfico na região. Como crimes com base no mercado envolvem compra e venda de bens e serviços ilegais, contar com a ajuda de um tratado de livre-comércio com duas economias do G-7 contribui fortemente para que este tipo de delito seja predominante no México – e tenha menos espaço para se expandir no Brasil, que mantém seu mercado relativamente fechado.

Dois outros indicadores econômicos importantes valem a pena ser mencionados, ainda que não possam ser utilizados para comparação. O primeiro é a taxa de desemprego oficial, que no México estava em 3,4% em julho de 2018.⁸⁴ No Brasil, o índice chegou a 12,3% no mesmo período. Metodologias distintas, porém, tornam esse dado inútil. O México adota a definição de emprego da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Ambas indicam que está empregado qualquer um que seja remunerado em alguma tarefa por mais de uma hora por semana. Além disso, o governo mexicano exclui da conta indivíduos que se mantêm na busca por trabalho. Como não há rede de segurança social ou seguro desemprego, 56,9%⁸⁵ dos mexicanos sobrevivem no mercado informal e não entram no índice oficial do INEGI. O resultado é uma taxa oficial completamente desacreditada – nem o Banco do México costuma citá-la em seus relatórios.

O tamanho da informalidade no México, porém, dá uma dimensão do exército de reserva à disposição das organizações criminosas. No caso brasileiro, crimes predatórios e grupos envolvidos em crimes com base no mercado têm à disposição o mesmo contingente.⁸⁶ No entanto, é importante lembrar que crimes comerciais, que predominam no Brasil, são praticados por indivíduos que não fazem parte da massa de desempregados.

O segundo índice é a carga tributária, que no Brasil é de 32% do PIB, enquanto no México está em 17,4% do PIB. Impostos escorchantes podem impactar de diferentes maneiras nas taxas de criminalidade. Eles aumentam a incidência de crimes com base no mercado se o imposto for alto o suficiente para incrementar o contrabando (NAYLOR, 2012).⁸⁷ Mas também podem incentivar a sonegação ou aumentar os casos de crimes comerciais. Ao mesmo tempo, menos impostos tendem a diminuir o custo operacional e aumentar a produção de bens ilícitos (HINES JR., 2003). Portanto, a correlação entre impostos e criminalidade é difícil de estabelecer de maneira isolada.⁸⁸

5.5 — A polícia

Outro diferencial está na estrutura da segurança pública. No Brasil, a Constituição estabelece cinco instituições policiais: Federal, Rodoviária, Ferroviária, Militar e Civil – as três primeiras ligadas à esfera federal, enquanto as duas últimas são subordinadas aos executivos estaduais.⁸⁹ O policiamento ostensivo é função dos estados, sob mandato de 27 polícias militares – embora as guardas municipais civis venham assumindo algumas tarefas importantes, especialmente após o impulso tomado com a criação de planos nacionais de segurança, a partir de 2001⁹⁰, e da instituição do Fundo Nacional de Segurança Pública, em 2003.⁹¹

No México, o cenário é mais complexo. Além de duas polícias federais⁹², 31 estaduais, cada município tem a sua. No total, são mais de 2 mil corporações diferentes.⁹³ Apenas o Distrito Federal (Cidade do México) tem quatro: Polícia Federal Preventiva (PFP), que inclui desde o policiamento ostensivo até o controle de trânsito, e Polícia Judicial do Distrito Federal (PJDF), de caráter investigativo, além da Polícia Auxiliar, especializada na segurança de prédios oficiais, hospitais e aeroportos, e da Polícia Bancaria e Industrial, que protege bancos, empresas e indústrias. A ponta mais frágil da cadeia, no entanto, são mesmo os policiais municipais, que têm direito a apenas um dia de férias por ano⁹⁴, 61% ganham menos do que um salário mínimo mensal (US\$ 140)⁹⁵ e pagam pela munição que utilizam. Ao mesmo tempo, eles estão diante de 92,7% dos crimes comuns cometidos e na linha de frente dos cartéis, portanto, mais vulneráveis à corrupção.

5.6 — O vizinho do Norte

A discrepância mais marcante entre os dois casos é a presença da fronteira com os Estados Unidos. Em nenhum outro lugar do mundo existe uma fronteira seca tão grande de um país central para um periférico. São 3.200 quilômetros e mais de 300 pontos oficiais de entrada, que são cruzados 350 milhões de vezes ao ano. A relação assimétrica entre os dois países é responsável por uma dependência psicológica dos mexicanos com relação ao vizinho e a maneira de lidar com essa influência é o nacionalismo, que funciona como uma espécie de mecanismo de defesa.⁹⁶

O fluxo de drogas que alimenta a demanda norte-americana é respondido por um contrafluxo de armamento que supre a necessidade das organizações criminosas mexicanas. Os Estados Unidos têm hoje 107 mil lojas de armas e munição, das quais 12 mil foram abertas ao longo da fronteira e apresentam índices de venda muito maiores do que a média.

O Brasil também serve de entreposto para drogas e produtos contrafeitos, mas apresenta um cenário mais parecido com o norte-americano, de mercado consumidor final – embora seja importante salientar o crescimento do mercado doméstico no México, o que pode aproximar mais os dois casos nos próximos anos.

Se a proximidade dos Estados Unidos se reflete no tamanho e no poder dos cartéis mexicanos, no Brasil, quem dispõe de quantidade parecida de recursos é sua elite econômica. Segundo documentos entregues pela Odebrecht à Procuradoria Geral da República (PGR), o setor de propinas da empresa movimentou, entre 2006 e 2014, US\$ 3,3 bilhões. Das organizações criminosas tradicionais brasileiras, a que mais poderia competir com as quadrilhas comerciais seria o Primeiro Comando da Capital (PCC), maior cartel do país, que movimenta R\$ 200 milhões ao ano, segundo documentos apreendidos pela polícia e pelo Ministério Público ao longo dos últimos cinco anos.⁹⁷ Para os criminosos comuns brasileiros, portanto, o preço de um político de primeiro escalão está fora de alcance, fazendo com que a associação ocorra com mais frequência em nível local.

5.7 — A estabilidade política

Durante a maior parte do século 20, o México viveu um regime de partido único, estabelecido pela elite como um veículo para manter o poder. Com a hegemonia do PRI, não havia separação entre estado e partido. Vários autores (ASTORGA 2010; BUSCAGLIA 2013) reconhecem que o sistema favorecia a associação dos cartéis com o poder. Entre os grupos que atuavam no México sob o guarda-chuva do PRI estavam sindicatos, camponeses, latifundiários, empresas e grandes organizações criminosas, das quais parte da elite política era sócia. Uma das razões desta estabilidade foi a subordinação dos militares ao poder civil, como visto anteriormente.

No Brasil, desde o fim do Estado Novo, predomina uma tendência à pulverização partidária. A necessidade de se formar coalizões transformou estatais e órgãos públicos em alvos

da acomodação de aliados e seus indicados, muitas vezes sustentada pela corrupção, o que favorece o crime comercial. Entre as características institucionais do caso brasileiro, Abranches (2016) ressalta a relação entre clientelismo e corrupção. “É notório o déficit programático dos partidos políticos, um dos fatores centrais mais usualmente identificados na explicação da emergência do clientelismo”.

Outro componente institucional que favorece o clientelismo, segundo Abranches, é a fragmentação partidária, especialmente quando é preciso formar maiorias para governar. Assim, compromissos programáticos e políticas públicas são substituídos pelo vínculo direto entre o partido no poder e suas bases. “Por meio dessas ligações diretas, o governo e o aparato estatal transferem benefícios e privilégios para as bases e para as elites, no espaço de financiamento de campanhas”.

Esse sistema, segundo ele, precisa de intermediários que façam a ligação entre as fontes dos benefícios e seus destinatários. “(São) operadores de redes de propinas que fazem a ponte entre a fonte dos recursos, associadas a obras ou investimentos, e os destinatários dos recursos, no caso da corrupção”.

“A dificuldade e os riscos na busca de parceiros para expandir a rede de corrupção promovem a cartelização dos fornecedores e a divisão das parcelas desviadas para o financiamento do esquema entre os membros do cartel e entre os partidos da coalizão. Essa cartelização, o volume, extensão, complexidade desses fluxos e a necessidade de operações sofisticadas de lavagem de dinheiro induzem à formação de organizações criminosas. O que era um esquema direto de corrupção se transforma em uma organização criminosa e cria, então, o elo do crime organizado”. (ABRANCHES, 2016)

No México, o superpresidencialismo do PRI evitou uma fragmentação partidária à brasileira. A abertura, no entanto, era inevitável. Nos anos 80, em um contexto de crise econômica aguda, apareceram rachaduras no sistema e o PRI perdeu as primeiras eleições para governador de sua história: nos estados de Baja California (1989) e de Chihuahua (1992). Foi exatamente nestes dois estados que os níveis de violência começaram imediatamente a disparar (WATT e ZEPEDA, 2012). A razão é que, para os cartéis violentos, a fragmentação política significa uma janela de oportunidade. Os novos governadores representaram o fim de acordos estabelecidos e uma chance para que novos grupos expandissem os negócios ilícitos. Quando o governo federal mudou de mãos, em 2000, a violência tornou-se nacional.

Na redemocratização brasileira, o crime mostrou uma dificuldade maior em se aproveitar

da fragmentação política. Os bicheiros, que comandavam a maior parte da criminalidade na transição, tentaram manter sua aliança com o regime apoiando Moreira Franco, em 1982, candidato ao governo do estado do Rio derrotado por Brizola. Quatro anos mais tarde, apostaram no candidato brizolista Darcy Ribeiro, que perdeu a eleição para Moreira Franco. Mesmo cometendo erros de avaliação, mas com bastante habilidade, o jogo do bicho se manteve acima da lei por bastante tempo. No estado de São Paulo, governado pelo mesmo partido há duas décadas, há uma estabilidade muito maior do que no Rio de Janeiro, onde a guerra pelo monopólio do crime é mais intensa e as organizações se fragmentam mais facilmente.

5.8 — Criminosos no campo e na cidade

No México e no Brasil, os crimes com base no mercado apresentam outra diferença, além da dimensão e do poder. No caso mexicano, os cartéis mais atuantes estão conectados ao campo e exercem influência política e econômica no ambiente rural. No caso brasileiro, os grupos mais violentos estão ligados a áreas urbanas. Isto se reflete na origem dos líderes da criminalidade organizada em ambos os países.

Os cartéis são a quinta maior fonte de empregos no México. Estimativas mostram que há 468 mil pessoas envolvidas em organizações criminosas no país, cinco vezes mais do que o total da indústria madeireira e três vezes mais o número de funcionários da Pemex (RIOS, 2008).⁹⁸ Grupos organizados, especialmente aqueles que praticam crimes com base no mercado, segundo Naylor (2003)⁹⁹, precisam de certa regularidade nos suprimentos de bens e serviços. Além disso, para não ficarem expostos ao rigor da lei, eles demandam a montagem de uma interlocução com polícia e políticos.

As Tabelas 3 e 4 mostram a origem de 11 importantes chefes de organizações que praticam crimes com base no mercado no México e no Brasil. Em primeiro lugar, todos os criminosos brasileiros têm origem urbana. No caso mexicano, eles vieram da zona rural. Nota-se, no entanto, a presença de um terceiro componente que torna um pouco mais complexa a análise: a fronteira, um ambiente que agrega outro tipo de especialidade: o contato com a polícia, o conhecimento das rotas de passagem e a habilidade com armas de fogo. Não há uma ligação com a terra, mas não deixa de ser, em última análise, um ambiente diferente de metrópoles como Cidade do México, Guadalajara, Rio de Janeiro e São Paulo.

Tabela 3 – Alguns dos principais líderes de organizações mexicanas

	Origem	Local de atuação
Francisco Arellano Félix	RURAL	Culiacán (Sinaloa)
Heriberto Lazcano Lazcano	RURAL	Apan (Hidalgo)
Miguel Treviño Morales	FRONTEIRA	Nuevo Laredo (Tamaulipas)
Ismael Zambada García	RURAL	El Salado (Sinaloa)
Amado Carrillo Fuentes	RURAL	Novolato (Sinaloa)
Édgar Valdez Villarreal	FRONTEIRA	Laredo (Texas)
Joaquín Chapo Guzmán	RURAL	Badiraguato (Sinaloa)
Ignacio Coronel Villarreal	RURAL	Canelas (Durango)
Osiel Cárdenas Guillén	FRONTEIRA	Matamoros (Tamaulipas)
Rafael Caro Quintero	RURAL	Badiraguato (Sinaloa)
Arturo Beltran Leyva	RURAL	Badiraguato (Sinaloa)

Tabela 4 – Alguns dos principais líderes de organizações brasileiras

	Origem	Local de atuação
Marcelo Soares de Medeiros (PQD)	URBANA	Ilha do Governador (RJ)
Márcio Amaro de Oliveira (VP)	URBANA	Dona Marta (RJ)
Marcio dos Santos Nepomuceno (VP)	URBANA	Vila Norma (RJ)
Elias (Maluco) Pereira da Silva	URBANA	Morro do Alemão (RJ)
José Carlos dos Reis Encina (Escadinha)	URBANA	Rio de Janeiro
Luiz Fernando da Costa (Beira-Mar)	URBANA	Duque de Caxias (RJ)
Rogério Lemgruber (Bagulhão)	URBANA	Favela do Rebu (RJ)
Francisco Testas Monteiro (Tuchinha)	URBANA	Mangueira (RJ)
Ernaldo Pinto de Medeiros (Uê)	URBANA	Morro do Adeus (RJ)
Marcos Willians Camacho (Marcola)	URBANA	Osasco (SP)
Rogério de Simone (Gegê do Mangue)	URBANA	Vila Madalena (SP)

A maioria dos líderes do crime organizado no México veio de regiões rurais pobres e entrou jovem para o crime. Uma das razões é que, diferentemente do caso brasileiro, os cartéis mexicanos dominam as pontas da cadeia comercial, desde a plantação de cannabis e papoula, passando pelo processamento, pela exportação e pela venda de maconha e heroína no mercado americano. Cultivados em pequenas propriedades de até um hectare, para diminuir o risco de perda com o programa de erradicação do governo, esses locais usam mão de obra intensiva e uma pequena força armada para fazer a segurança. Este tipo de controle, portanto, requer um maior grau de interação com agentes do estado.

Os cartéis mexicanos são empresas familiares e costumam recrutar seus líderes com base em parentesco. Mesmo quando não há, arranja-se algum casamento ou apadrinhamento para dar força à relação, exatamente como nas máfias italianas (GAMBETTA, 1993). Parte do lucro é investido nas próprias comunidades rurais, seja sob a forma da construção de uma igreja ou em serviços que adensam a atividade econômica local. No Brasil, embora a lógica da troca de benfeitorias por apoio se repita, aos grupos criminosos cabe apenas a distribuição da droga e em escala muito menor. Diante da necessidade de controlar a venda, que é de onde vem a receita, torna-se importante a presença física em meio ao mercado consumidor, que está nas grandes cidades.

5.9 — O autoritarismo

Muitos trabalhos apontam para o cangaço como antecedente das organizações criminosas no Brasil. Segundo Silva (2014), o movimento tinha organização hierárquica, divisão de funções e saqueava vilarejos, fazendas e municípios de pequeno porte. Os cangaceiros também atuavam com apoio de fazendeiros, de parte da classe política e de policiais corruptos que forneciam armamento e munição. Se o banditismo brasileiro realmente for rastreado até o sertão nordestino, no início do século 20, então podemos traçar um curioso paralelo entre a admiração popular por Virgulino Ferreira e o heroísmo do mexicano Francisco “Pancho” Villa.

À época, pela fronteira com os Estados Unidos, os mexicanos faziam circular todo tipo de contrabando, especialmente o ópio, mais tarde o álcool, durante os anos de Lei Seca no país vizinho. Em grande medida, as rotas e plazas abertas pelos primeiros traficantes mexicanos permanecem as mesmas usadas até hoje. Por isso, vários autores situam a origem do crime

organizado no México nas primeiras décadas do século 20 (CASTELLANOS, 2013; BOULLOSA e WALLACE, 2015).

Ao longo do tempo, as flutuações do mercado de bens ilegais, especialmente de drogas, estiveram diretamente relacionadas ao consumo nos Estados Unidos. A aprovação de leis proibicionistas ou uma mudança de comportamento, a demanda por uma nova droga, qualquer solução no lado norte da fronteira cria uma nova oportunidade de negócios ao sul do Rio Grande. E os norte-americanos nunca decepcionaram.

Os anos 40 e 50 foram a era do ópio. Nos anos 60, a moda era a maconha. A partir dos anos 70, veio o boom da cocaína. E o negócio cresceu. Junto com eles, as organizações criminosas. No Brasil, que não contava com o fator Estados Unidos e nem com um mercado consumidor de drogas de grande dimensão, a delinquência gravitou entorno da contravenção dos bicheiros, que se aproveitavam de uma economia fechada para faturar também com contrabando de uísque, calças jeans, perfume e qualquer badulaque que pudesse ser chamado de muamba.

Segundo Williams e Godson (2002)¹⁰⁰, o crime organizado se prolifera em um ambiente no qual um estado autoritário começa a se enfraquecer. Ele aproveita do desmantelamento do aparato repressivo ou cresce na esteira de um período de violência, especialmente se servindo de mão de obra especializada ociosa. Assim, grupos criminosos se sofisticaram, tanto no México quanto no Brasil, de maneira semelhante.

Nos anos 70, Miguel Angel Felix Gallardo, “El Padrino”, era uma ex-agente da Polícia Judicial. Foi Padrino quem estabeleceu contato com os fornecedores colombianos, dividiu o espólio do Cartel de Guadalajara e profissionalizou o crime organizado no México (WATT e ZEPEDA, 2012). Ao mesmo tempo, no Brasil, Ailton Guimarães Jorge, ex-capitão do exército, organizava a logística dos bicheiros cariocas. Na época em que a ditadura brasileira se enfraquecia, Capitão Guimarães recrutava a mão de obra de torturadores para executar as ações violentas do crime no Rio de Janeiro (JUPIARA e OTAVIO, 2016).

Apenas nos últimos anos da década de 80, quando o mercado consumidor de drogas se incorporou, os bicheiros começaram a ser suplantados pelas organizações que dominam atualmente os crimes de mercado no Brasil. As duas principais, Comando Vermelho (CV) e Primeiro Comando da Capital (PCC), nascidas dentro do sistema prisional, herdaram o território e os métodos violentos dos velhos contraventores.

6 — Conclusão

Brasil e México são países que têm características parecidas. Ambos carregam o DNA luso-hispânico, uma sociedade corporativista, focada na relação pessoal e familiar, que privilegia o bem-estar pessoal em detrimento do coletivo. Entre os muitos traços comuns estão o federalismo, a centralização histórica de poder, a influência da Igreja e seus atritos com o estado em nome da secularização. Mesmo quando os caminhos parecem divergir, as semelhanças persistem.

Se os brasileiros não passaram por um processo revolucionário tão violento como os mexicanos, as tensões sociais que deram causa à Revolução de 1910, e nunca se dissiparam depois dela, também são encontradas no Brasil: concentração fundiária, pouca mobilidade social e uma economia frágil, sempre dependente das oscilações externas.

No México, se o exército não interferiu na vida política é porque já fazia parte dela. Mesmo não assumindo a forma de ditadura, o autoritarismo foi a assinatura do priismo. Para mexicanos e brasileiros, a soberania popular chegou de maneira gradual. Em ambos os casos, a abertura começou nos anos 80, em meio à crise da dívida. O Brasil completou o ciclo democratizante em 1989, tardiamente para os padrões latino-americanos. O México levou ainda mais tempo.

No mesmo ano em que o Brasil elegia o presidente Fernando Collor de Mello, os mexicanos foram às urnas e expurgaram o PRI do governo do estado de Baja California, o primeiro sinal de que o monopólio do partido único tinha seus dias contados – a defenestração do autoritarismo seria concluída em 2000, quando os priistas foram destronados de Los Pinos.

As simetrias entre os dois países criam um ambiente favorável à comparação de casos. Se a criminalidade no México se organiza de baixo, e no Brasil ela conspira a partir do alto, fica mais claro o papel de variáveis independentes que explicam essa peculiaridade. A primeira e mais evidente está na geografia: a presença da fronteira com os Estados Unidos.

O tamanho do mercado norte-americano é fundamental para determinar o poder das organizações mexicanas. São 325 milhões de almas e um PIB de quase US\$ 20 trilhões. A produção de armamento leve e pesado, cujo comércio é mal regulado, faz dos 3.200 quilômetros da fronteira sul uma avenida de mão dupla: sobem drogas, imigrantes clandestinos e produtos contrafeitos; descem dólares e armas de fogo. Parte desses recursos passa pelo próprio sistema financeiro norte-americano antes de chegar ao México. Com os bolsos cheios, os cartéis são capazes de comprar políticos, policiais e militares.

No Brasil, o poder de fogo dos grupos que praticam crimes com base no mercado, especialmente o tráfico de drogas, é menor. A logística é mais labiríntica: armas colombianas e drogas que vêm do Paraguai e da Bolívia, carregadas em avionetas que atravessam selva pingando em diferentes pistas clandestinas. O consumo final é mais modesto e parte dos carregamentos é enviada para a Europa, uma viagem distante e muito mais arriscada do que cruzar a pé o Rio Grande com a água nos joelhos.

Assim, as organizações criminosas brasileiras que se dedicam a crimes com base no mercado, embora também tenham caráter violento e representem um transtorno para o país, ainda não foram capazes de estabelecer uma relação tão íntima com a elite política e econômica do Brasil. O negócio parece não ser atrativo o suficiente para fazer a cleptocracia brasileira apostar em uma aventura tão arriscada. Pelo menos enquanto houver outras fontes de receita.

Por isso, a grande especialidade nacional é mesmo o crime comercial. Rende mais, é moralmente mais aceitável e muito mais seguro. Não é necessário recorrer à violência para alterar uma política pública, porque os grupos já estão dentro do estado. Se é possível organizar um esquema para saquear uma estatal, por que enfiar o pé na lama e arriscar o pescoço em uma atividade tão perigosa como o narcotráfico? No caso brasileiro, as recompensas não superam os custos.

A mutação das legendas e o surgimento de “partidos cartel” explicam em parte o loteamento da república. Nos últimos anos, o Brasil passou por uma desideologização partidária. Como constataram Katz e Mair, a política tornou-se profissão, os representantes eleitos se tornaram dependentes dos recursos do estado e não vivem mais para servir o eleitor. No México, que se democratizou uma década depois do Brasil, esta transformação ainda está em curso. Ainda há um inegável componente ideológico na eleição do presidente Andrés Manuel López Obrador, em junho de 2018. No entanto, como ocorreu no caso brasileiro, a militância tende a perder o encanto assim que o caráter messiânico do novo líder mexicano bater de frente com uma realidade complexa.

A própria criação do partido de López Obrador, o Movimento Regeneração Nacional (Morena), uma dissidência do Partido da Revolução Democrática (PRD), historicamente identificado como a esquerda mexicana, pode ser o primeiro sinal de uma fragmentação política mais ampla, com o objetivo de escapar do passivo dos partidos tradicionais, que colocaria o México ainda mais próximo do caso brasileiro. Se perder o pouco caráter ideológico que ainda

lhe resta, a política mexicana pode concluir o processo de cartelização nos próximos ciclos eleitorais e tornar a elite mais disposta a buscar recursos dentro do estado, o que representaria uma concorrência para os cartéis.

Outra característica da política brasileira determinante para o comportamento errático de sua elite é a maneira pela qual o poder é exercido. Para se governar no presidencialismo brasileiro é preciso formar maiorias. Sem compromissos programáticos e em um ambiente desideologizado, o governo de turno transfere benefícios e privilégios aos aliados em troca de apoio. Além disso, a necessidade de financiar campanhas cada vez mais caras atraiu recursos de empresas privadas, com interesses em obras e investimentos e criou um cenário ainda mais favorável ao crime.¹⁰¹

No México, o hiperpresidencialismo nunca deixou muita margem de ação ao Congresso, onde poucos partidos dividem a vida pública. Este cenário facilita o acordo, como mostra a história recente. Desde 1997, nenhum partido obteve maioria no parlamento. Mesmo assim, não houve paralisia legislativa. “Os compromissos são mais a regra do que a exceção” (CASAR, 2013).¹⁰² Em 2000, eram 8 legendas com representação na Câmara dos Deputados. Este número caiu para 6 (2003-2006), voltou a 8 (2006-2009), caiu para 7 (2009-2012), se manteve em 7 (2012-2015), foi a 8 (2015-2018) e chegou a 9 na última legislatura (2018-2021) – bem menos do que os 25 partidos representados no parlamento brasileiro, que tornam a governabilidade possível apenas mediante ao loteamento da burocracia estatal ou, em última instância, à monetização do apoio parlamentar.

Por fim, outra diferença significativa é a clivagem rural-urbana dos grupos criminosos em ambos os países. O México é produtor de maconha e papoula, usada na produção de ópio, heroína e fentanil. Para a organização criminosa, portanto, é importante manter a terra produtiva e isso exige um grau muito maior de contato com as autoridades nos três níveis de governo. A origem rural da liderança dos cartéis é um reflexo do caráter mais agrário do empreendimento.

No Brasil, as organizações criminosas envolvidas em crimes com base no mercado, como o comércio de drogas, precisam estar próximas do mercado consumidor, ou seja, nas grandes cidades. O caráter urbano dá mais mobilidade aos grupos, que podem bater em retirada e se reagrupar em outro local com mais facilidade. Isso diminui a necessidade de manter contato com agentes do estado – embora isto ocorra com menor intensidade e em estratos mais baixos do aparato estatal – e os cartéis brasileiros possam se concentrar na disputa por território e por nacos de mercado em guerras violentas contra organizações rivais.

7 — Bibliografia

ABADINSKY, Howard. **Organized Crime**. Belmont: Wadsworth Cengage Learning, 2010. 462p.

ABRANCHES, Sergio. **Clientelismo, petróleo e corrupção no presidencialismo de coalizão**. 17 de março de 2016. Disponível em: <<http://sergioabranes.com.br/politica/176-clientelismo-petroleo-e-corrupcao-no-presidencialismo-de-coalizao>>. Acesso em 31 de dezembro de 2017.

ALBANESE, Jay S., e REICHEL, Philip L. (eds.). **Transnational Organized Crime: An Overview from six Continents**. 1ª ed. Thousand Oaks: Sage, 2014.

----- DAS, Dilip; VERMA, Arvind (eds). **Organized Crime: World Perspectives**. Upper Saddle River: Prentice Hall, 2003.

----- **Organized crime in our times**. Cincinnati: LexisNexis, Anderson Publishing, 2004.

----- North American Organised Crime. In Mark Galeotti (ed.), **Global Crime Today. The Changing Face of Organised Crime**. New York, Routledge, p. 8-18.

ALBINI, Joseph e MCILLWAIN, Jeffrey. **Deconstructing organized crime: an historical and theoretical study**. McFarland & Company, Inc., Publishers: Londres, 2012. 218p.

ALBINI, Joseph. **The American Mafia: genesis of a legend**. Appleton-Century-Crofts: New York, 1971. 354p.

ANDREAS, Peter. Smuggling Wars: Law Enforcement and Law Evasion in a Changing World. In **Transnational Organized Crime** Vol. 4, No. 2 (Summer 1998), p. 75-90.

----- **Smuggler Nation: How Illicit Trade Made America**. Oxford University Press: New York, 2013, 425p.

----- e SHIRK, David. **Drug Trafficking Organizations and Counter-Drug Strategies in the U.S.-Mexican Context**. Center for U.S.-Mexican Studies: UC San Diego, 2010.

----- e NADELMANN, Ethan. **Policing the Globe: Criminalization and Crime Control in International Relations**. Oxford University Press, 2006. 331p.

ASTORGA, Luis. **Drug trafficking in Mexico: a first general assessment**. MOST Programme, United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, Paris, 2010. 33p.

BAILEY, John. The U.S. Homeland Security Role in the Mexican War against Drug Cartels: depoimento (31 de março de 2011). Washington: House Committee on Homeland Security, Subcommittee on Oversight, Investigations, and Management.

----- e GODSON, Roy. **Organized Crime and Democratic Governability: Mexico and the U.S.-Mexican Borderlands**. Pittsburgh: University of Pittsburgh, 2009.

BANCO MUNDIAL. **World Development Indicators 2018**.

Disponível em <datacatalog.worldbank.org/dataset/world-development-indicators>. Acesso em 15 de agosto de 2018.

BARSTOW, David. **Wal-Mart Hushed Up a Vast Mexican Bribery Case**. The New York Times, 21 de abril de 2012. Disponível em <www.nytimes.com/2012/04/22/business/at-wal-mart-in-mexico-a-bribe-inquiry-silenced.html> Acesso em 29 de julho de 2018

BEATO; Cláudio, ZILLI, Luís Felipe. A estruturação de atividades criminosas: um estudo de caso. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** (Impresso), 2012. v.27, p.71-88.

BEITTEL, June S. **Mexico: Organized Crime and Drug Trafficking Organizations**. Washington: Congressional Research Service, 3 de julho de 2018. 32p.

BENNETT, Andrew. Case Study: Methods and Analysis. In Neil Smelser e Paul Baltes (eds). **International Encyclopedia of Social & Behavioral Sciences**. Oxford, Elsevier Science, 2001. 17.500p.

BOULLOSA, Carmen; WALLACE, Mike. **Narcotráfico – Cómo Estados Unidos y México Crearon Juntos la Guerra contra las Drogas**. Ciudad de México: Penguin Random House, 2015. 292p.

BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento de Polícia Federal Superintendência Regional de Polícia Federal no Paraná. Setor Técnico-Científico. **Laudo nº 2311/2015-SETEC/SR/DPF/PR. Laudo de Perícia Criminal Federal (Contábil-Financeiro)**. Outubro de 2015. 62p.

BUSCAGLIA, Edgardo. **Vacíos de Poder em México: Cómo combatir la delincuencia organizada**. Cidade do México: Penguin Random House, 2013. 245p.

-----, O narcotráfico no México. Entrevista concedida a Cristiano Dias Barbosa. São Paulo, 1abr. 2015.

CABALLERO, Alfonso Partida. Interação entre crime e estado no México. Entrevista concedida a Cristiano Dias Barbosa. São Paulo, 3 jul. 2018.

CAMP, Roderic Ai. **Politics in Mexico – The Decline of Authoritarianism**. New York: Oxford University Press, 1999. 279p.

CAMPBELL, Donald. Degrees of freedom and the case study. In **Comparative Political Studies**, 8 (1), p. 178-191.

----- e STANLEY, Julian. **Experimental and quasi-experimental designs for**

research. Chicago: Rand McNally, 1966. 84p.

CANO, Ignacio e SOARES, Gláucio. **As teorias sobre as causas da criminalidade.** Rio de Janeiro, IPEA: 2002. 26p.

CASAR, María Amparo. Quince años de gobiernos sin mayoría em el Congreso mexicano. In **Política y Gobierno**, vol. 20, n. 2, II Semestre de 2013· p. 219-263

CASTELLANOS, Guillermo Valdés. **Historia del Narcotráfico en México.** Ciudad de México: Penguin Random House, 2013. 481p.

CLARKE, Ronald. **Situational Crime Prevention: Successful Case Studies.** 2nd ed. New York: Harrowand Heston, 1997.

CLINTON, William J. **Remarks to the United Nations General Assembly in New York City.** The American Presidency Project, October 22, 1995. Disponível em <presidency.ucsb.edu/ws/?pid=50683 > Acesso em 15 de abril de 2018

COLECTIVO DE ANÁLISIS DE LA SEGURIDAD CON DEMOCRACIA (CASEDE). **Atlas de la Seguridad y la Defensa de México 2016.** Raúl Benítez Manaut e Sergio Aguayo Quezada (ed.). Instituto Belisario Domínguez del Senado de la República, 2017. 504 p.

COLMENARES, Leopoldo E. Redes Criminales en Venezuela - Impacto em la seguridad hemisférica. In **Military Review**, novembro-dezembro 2015. 15.p

CROALL, Hazel. **Understanding white collar crime.** Open University Press. Buckingham, 2001. 175p.

DUDLEY, Steven. **Elites and Organized Crime.** International Development Research Center. Washington DC, 2016. Disponível em <<http://www.insightcrime.org/investigations/elites-and-organized-crime-conceptual-framework-organized-crime>> Acesso em 9 de julho de 2018

ESQUIVEL, J. Jesús. **Los narcos gringos: Una radiografía inédita del tráfico de drogas en Estados Unidos.** Grijalbo, México D.F., 2016. p.238

FAIRLIE, Robert W. Drug Dealing and Legitimate Self-Employment. In **Journal of Labor Economics**, 2002, vol. 20, no. 3, p. 538-567.

FARAH, Douglas. **Transnational Organized Crime, Terrorism, and Criminalized States in Latin America: an Emerging Tier-One National Security Priority.** U.S. Army War Strategic Studies Institute (SSI), 2012. 95p.

FEILING, Tom. **Cocaine Nation: How the White Trade Took over the World.** Pegasus Book, Nova York, 2009. 350p.

FINCKENAUER, James O. *Mafia and Organized Crime: A Beginner's Guide.* One world

Publications, Oxford, 2007. 235p.

FIORENTINI, Gianluca e PELTZMAN, Sam (eds.). **The Economics of Organized Crime**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. 320p.

FLETCHER, Pascal. **Wachovia pays \$160 million to settle drug money probe**. Reuters, Miami, 17 de março de 2010. Disponível em <<https://www.reuters.com/article/us-wachovia-settlement/wachovia-pays-160-million-to-settle-drug-money-probe-idUSTRE62G35720100317>>. Acesso em 17 de janeiro de 2018.

FLYVBJERG, Bent. Five Misunderstandings About Case-Study Research. In **Qualitative Inquiry**, vol. 12, no 2, abril 2006. p. 219-245.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. IMF Data Mapper 2018. Disponível em <www.imf.org/external/datamapper>. Acesso em 25 de julho de 2018.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. **World Economic Outlook: Cyclical Upswing, Structural Change**. Washington D.C., abril 2018. 302p.

GAMBETTA, Diego. **The Sicilian Mafia: The Business of Private Protection**. Cambridge: Harvard University Press, 1993.

GERRING, John. Case Selection for Case Study Analysis. In Janet M. Box-Steffensmeier, Henry E. Brady, David Collier (eds). **The Oxford Handbook of Political Methodology**. Oxford: Oxford University Press, 2008. p. 645-684.

GOTTSCHALK, Petter. **Policing Organized Crime: Intelligence Strategy Implementation**. Boca Raton: CRC Press (Taylor & Francis Group), 2010. 292p.

GROENVELD, S. e SCHUTTE, G.J. **Nederlandsverleden in vogelvlucht. Delta 2. De Nieuwetijd: 1500 tot 1813**. Martinus Nijhoff Uitgevers: Groningen, 1992. 296 p.

GUGLIOTTA, Guy e LEEN, Jeff. **Kings of Cocaine: Inside the Medellín Cartel – An Astonishing True Story of Murder, Money and International Corruption**. Garrett County Press Digital Edition 2011.

GUTIÉRREZ, Eduardo Guerrero. Narcotráfico, S.A. In **Nexos**, Ciudad de México, janeiro 2009, 7p.

HAGAN, Frank. **The Organized Crime Continuum: A Further Specification of a New Conceptual Model**. Criminal Justice Review 8, 1983.

HALS, Tom. **Wal-Mart wins dismissal of Mexico bribery lawsuit**. Reuters, 13 de maio de 2016. Disponível em <www.reuters.com/article/us-walmart-mexico-ruling-idUSKCN0Y42HP> Acesso em 25 de julho de 2018

HEINEMAN JR., Ben W. **Who's Responsible for the Walmart Mexico Scandal?** Harvard Business Review, 15 de maio de 2014. Disponível em <hbr.org/2014/05/whos-responsible-for-the-walmart-mexico-scandal> Acesso em 29 de julho de 2018.

HELD, David. **A Globalizing World?: Culture, Economics, Politics**. 2nd edition, New York: Routledge, 2004. 199 p.

HERNÁNDEZ, Anabel. **Los Señores del Narco**. Ciudad de México, Random House Mondadori, 2010. 561p.

HINES JR., James R. **Might Fundamental Tax Reform Increase Criminal Activity?** University of Michigan Business School, março de 2013. 17p.

HISAYASU, Alexandre. **PCC – 10 anos. O poder financeiro**. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 2 de outubro de 2018. Disponível em <<http://infograficos.estadao.com.br/cidades/dominios-do-crime/poder-financeiro>> Acesso em 29 de outubro de 2018.

HOFSTADTER, Douglas R. **I am a strange loop**. New York: Basic Books, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Perfil dos estados e dos municípios brasileiros 2014**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 126p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Julhos de 2018. Disponível em <www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=series-historicas>. Acesso em 29 de agosto de 2018

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y GEOGRAFÍA (INEGI). **Empleo y Ocupación**. Disponível em <www.beta.inegi.org.mx/temas/empleo>. Acesso em 29 de agosto de 2018

JUPIARA, Aloy; OTAVIO, Chico. **Os Porões da Contravenção - Jogo do Bicho e Ditadura Militar**. São Paulo: Record, 2016. 264p.

KATZ, Richard; MAIR, Peter. **Changing Models of Party Organization and Party Democracy: The Emergence of the Cartel Party**. Party Politics, 1, 1995.p. 5-28.

KRUISBERGEN, Edwin W.; VAN DE BUNT, Henk G.; KLEEMANS, Edward. **Georganiseerde criminaliteit in Nederland**: Vierde rapportage op basis van de Monitor Georganiseerde Criminaliteit. Wetenschappelijk Onderzoeken Documentatiecentrum (WODC), Ministerie van VeiligheidsJustitie. Boom Lemma, Meppel, 2012. 376 p.

KRUISBERGEN, Edwin; KLEEMANS, Edward; KOUWENBERG, Ruud. Wat doendaders met hun geld? In **Misdaadgeld, witwassen en ontnemen**. Justitiële verkenningen, Jaargang 41, março 2015. Wetenschappelijk Onderzoeken Documentatiecentrum (WODC), Ministerie van Veiligheid

en Justitie. Boom Lemma, Meppel. p. 81-99

KING, Gary; KEOHANE, Robert; VERBA, Sidney. **Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research**. Princeton: Princeton University Press, 1994. 300p.

LAMPE, Klaus von. The trafficking in untaxed cigarettes in Germany: A case study of the social embeddedness of illegal markets. In VON DUYNE, P.C.; VON LAMPE, K. ;PASSAS, N. (eds.). **Upperworld and Underworld in Cross-Border Crime**. Nijmegen: Wolf Legal Publishers, 2002.

LEVY, Jack S. Case Studies: Types, and Logics of Inference. In **Conflict Management and Peace Science** 25, Department of Political Science. Rutgers University. New Brunswick. New Jersey, 2008. p.1-18.

LIJPHART, Arend. Comparative politics and the comparative method. In **American Political Science Review** 65 (3), 1971. p. 682–693.

------. The comparable cases strategy in comparative research. In **Comparative Political Studies** 8 (2), 1975. p. 133–177.

LUPSHA, Peter. Transnational Organized Crime versus the Nation-State, in **Transnational Organized Crime**, Volume 2, issue 1, 1996. p. 21-48

MALONE, Mary Fran e MALONE-ROWE, Christine. Organized Crime in Latin America. In ALBANESE, Jay S., e REICHEL, Philip L. (eds.). **Transnational Organized Crime: An Overview from six Continents**. 1a. ed. Thousand Oaks, CA: Sage, 2014. p.471

MALTZ, Michael. Defining Organized Crime. In KELLY, R.J.; CHINK.; SCHATZBERG, R.(eds.). **Handbook of Organized Crime in the United States**. Westport, Conn. and London: Greenwood Press, 1994.

MARCY, William L. **The Politics of Cocaine: How U.S. Foreign Policy Has Created a Thriving Drug Industry in Central and South America**. Chicago: Lawrence Hill Books, 2010. p. 356

MEZA, Ricardo Vargas. Political Challenges Posed by the Failure of Prohibition: drugs in Colombia and the Andean-Amazonian region. **Drug Policy Briefing** n°.16, Amsterdam: Transnational Institute, 2006. 6p.

MEZA, Silber. **Los Narcos no Evaden Impuestos**. Revista Emequis n.347, 2 de mar. 2015, Cidade do México. p.48-66. Disponível em <<http://www.m-x.com.mx/2015-03-01/los-narcos-no-evaden-impuestos-int>>. Acesso em 26 de abril de 2018.

MIKLAUCIC, Michael e NAÍM, Moisés. **The Criminal State**. In MIKLAUCIC, Michael e BREWER, Jacqueline (eds.) **Convergence: Illicit Networks and National Security in the Age of Globalization**. Center for Complex Operations Institute for National Strategic Studies: National

Defense University Press, Washington D.C., 2013. Capítulo 9 p. 149-187.

MIRAGLIA, Paula; OCHOA, Rolando; BRISCOE, Ivan. **Transnational Organized Crime and Fragile States**. Den Haag: The Clingendael Institute and the International Center for the Prevention of Crime, 2012. 34p.

MITTELMAN, James. **The Globalization Syndrome**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2000.

MOHL, Raymond A. Changing Economic Patterns in the Miami Metropolitan Area, 1940-1980. In **Tequesta: The Journal of the Historical Association of Southern Florida** 42, 1982.p. 63-73.

NAÍM, Moisés. **Ilícito: o ataque da pirataria, da lavagem de dinheiro e do tráfico à economia global**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2006. 337p.

NAYLOR, Robin Thomas. “Mafias, myths, and Markets: on the theory and practice of enterprise crime”. In **Transnational Organized Crime** 1997 (3:3), Autumn, 1–4.

----- . Towards a General Theory of Profit-Driven Crimes. In **The British Journal of Criminology**, Volume 43, Issue 1, January 2003, p. 81–101.

NELKEN, David. White-Collar Crime. In M. Maguire et al. (eds) **The Oxford Handbook of Criminology**, 2nd Edition. Oxford University Press: Oxford, 1997.

NESTARES, Carlos Resa. **El Estado como Maximizador de Rentas del Crimen Organizado: el caso del tráfico de drogas en México**. Documento 88, Instituto Internacional de Gobernabilidad (IIG), Barcelona, 2001. 52p.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. UNODC, **World Drug Report 2017**. New York: United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC), 2017.

PAOLI, Letizia. Searching for the determinants of OC: Some initial reflections. In SPAPENS T.; GROENHUIJSEN M.; KOOIJMANS T. (eds.), **Universalis, Liber Amicorum Cyrille Fijnaut** (Universalis, Festschrift for Cyrille Fijnaut) Antwerp, Belgium/Cambridge, England: Intersentia, 2011. p. 735–747

PASSAS, Nikos. Globalization, Criminogenic Asymmetries and Economic Crime. In **European Journal of Law Reform**, Vol. 1, no. 4. 1998. p.399-423

PÉREZ, Carlos Antonio Flores. **Estado, Democracia y Crimen Organizado: consideraciones teóricas sobre las condiciones estructurales que favorecen la proliferación de la delincuencia en democracias no consolidadas**. Ciudad de México, CIESAS, 2009. 64p.

PETERS, Gretchen. The Afghan Insurgency and Organized Crime. In MASON, Whit (ed.), **The Rule of Law, Missing in Inaction**. New York: Cambridge University Press, 2011. p. 99-122.

PIMENTEL, Stanley. Nexus of Organized Crime and Politics in Mexico: Mexico's Legacy of Corruption. In **Trends in Organized Crime**, Volume 4, issue 3, 1999. p 9-28.

PRO DESARROLLO PARAGUAY. **Economía Subterránea: el Caso Paraguayo**, 4a. Edición. Asunción, novembro de 2016. 56p.

RAGIN, Charles. **Redesigning Social Inquiry: fuzzy sets and beyond**. Chicago: University of Chicago Press, 2008.p. 13-70.

------. **The Comparative Method: moving beyond qualitative and quantitative strategies**. Oakland: University of California Press. p. 85-106.

REALUYO, Celina B. *It's All about the Money: Advancing Anti-Money Laundering Efforts in the U.S. and Mexico to Combat Transnational Organized Crime*. Mexico Institute - Woodrow Wilson Center, Washington D.C., maio de 2012. p.32

REUTER, Peter e GREENFIELD, Victoria. Measuring the Global Drug Markets: How good are the numbers and why should we care about them? In **World Economics**, v. 2, no. 4, October-December 2001, p. 159-173.

RICE, Susan E. e PATRICK, Stewart. **Index of State Weakness in the Developing World**. The Brookings Institution, Washington DC, 2008. 47 p.

RIOS, Viridiana. **Evaluating the economic impact of Mexico's drug trafficking industry**. Harvard University, Spring, 2008. 22 p.

------. ¿Quién se vuelve narco y por qué? El Perfil del narcotraficante mexicano. In **Psicología Forense**. Julho, 2011.

ROTBERG, Robert I. The Failure and Collapse of Nation-States: breakdown, prevention, and repair. In ROTBERG, Robert I (ed.), **When States Fail: Causes and Consequences**. Princeton University Press, Princeton, 2004. p. 1-49.

RUGGIERO, Vincenzo. **Crime and Markets. Essays in Anti-Criminology**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

------. Transnational Criminal Activities: The Provision of Services in the Dirty Economies. In **International Journal of Risk, Security and Crime Prevention** 1998 (3:2), p. 121-129.

------. **Organised and Corporate Crime in Europe. Offers that Can't Be Refused**. Aldershot: Dartmouth, 1996.

SÁNCHEZ, Laura. **Tenía Chapo una mega flota aérea**. El Universal, Cidade do México, 3 de maio de 2016. Disponível em <www.eluniversal.com.mx/articulo/periodismo-de-

investigacion/2016/05/3/tenia-chapo-megaflota-aerea> Acesso em 4 de junho de 2018.

SHELLING, Thomas. Economics and Criminal Enterprise. In **Organized Crime, Task Force on Organized Crime**, The President's Commission on Law Enforcement and Administration of Justice, U.S. Government Printing Office, Washington DC, 1967. p. 114-126.

SCHNEIDER, Stephen. **Violence, organized crime, and illicit drug markets: a Canadian case study**. Sociology: Problems and Practices 71 (Spring - 2013), 1-18

SCOTT, Peter Dale Scott e MARSHALL, Jonathan. **Cocaine Politics: Drugs, Armies, and the CIA in Central America**. University of California Press: Los Angeles, 1991. 279p.

SEAWRIGHT, Jason. 2005. Qualitative Comparative Analysis vis-à-vis Regression. In **Studies in Comparative International Development**, Vol. 40, No. 1. p. 3-26.

SERRANO, Mónica. States of Violence: State-Crime Relations in Mexico. In Wil G. Pansters (ed.), **Violence, Coercion, and State-Making in Twentieth-Century Mexico**. Stanford, Stanford University Press, 2012. p. 135-158.

SILVA, Eduardo Araújo. **Organizações Criminosas: Aspectos Penais e Processuais da Lei nº 12.850/13**. São Paulo: Atlas, 2014.

SPAGAT, Elliot. **Rabobank to pay \$369M in money-laundering case**. Associated Press, 9 de fevereiro de 2018. Disponível em <www.apnews.com/25204f3ee9fa4e948ea74a0e82249258> Acesso em 19 de janeiro de 2018

STREATFEILD, Dominic. **Cocaine: An Unauthorized Biography**. Picador: New York, 2001. 510p.

SUTHERLAND, Edwin. **White Collar Crime: The Uncut Version**. Holt Rinehart and Winston: New York, 1983.

----- Is "White Collar Crime" Crime? In **American Sociological Review**, Vol. 10, no. 2, 1944 Annual Meeting Papers. American Sociological Association. Abril 1945. p. 132-139

TAFT, Donald R., ENGLAND, Ralph W. **Criminology**. Macmillan: New York, 1966.

TANZI, Vito. **Corruption Around the World: Causes, Consequences, Scope, and Cures**. Staff Papers, International Monetary Fund Vol. 45, 1998, 559–594.

TEIXEIRA, Luciana da Silva. **Impacto Econômico da Legalização das Drogas no Brasil**. Consultora Legislativa da Área IX, Política e Planejamento Econômicos, Desenvolvimento Econômico, Economia Internacional. Câmara dos Deputados, Brasília, agosto de 2016. 59p.

TILLY, Charles. War Making and State Making as Organized Crime. In EVANS, Peter; RUESCHEMEYER, Dietrich; SKOCPOL, Theda (eds.). In **Bringing the State Back**. Cambridge

University Press, Cambridge, 2002. Cap. 5, p. 169 a 191.

TREISMAN, Daniel. **The causes of corruption: a cross-national study**. Journal of Public Economics 76 (2000) 399–457. 59p.

U.N. Office on Drugs and Crime. (2004). **United Nations Convention Against Transnational Organized Crime and the Protocols Thereto**. Vienna, Áustria. 82 p. Disponível em <<http://www.unodc.org/unodc/treaties/CTOC/index.html>> Acesso em 5 de julho de 2017.

U.N. Office on Drugs and Crime. (2002a). **The eighth United Nations survey on crime and justice**. Disponível em <<http://www.unodc.org/unodc/en/dataand-analysis/Eighth-United-Nations-Survey-on-Crime-Trends-and-the-Operations-of-Criminal-Justice-Systems.html>> Acesso em 5 de julho de 2017.

U.N. Office on Drugs and Crime. (2002b). **Results of a pilot study of forty selected organized criminal groups in sixteen countries**. Vienna, Áustria: Disponível em <http://www.unodc.org/pdf/crime/publications/Pilot_survey.pdf> Acesso em 5 de julho de 2017.

UNITED STATES. United States District Court Eastern District of New York. **U.S. vs. Joaquín Guzmán Loera and Ismael Zambada Garcia**. Indictment: Case 1:09-cr-00466-BMC Document 14 Filed 05/11/16. 33p.

UNITED STATES. United States District Court Eastern District of New York. **U.S. vs. Odebrecht S.A.** Plea Agreement: Cr. No. 16-643 (RID), 21 de dezembro de 2016. 74p.

UNITED STATES. United States District Court Southern District of New York. **U.S. v. Efraín Antonio Campo Flores, and Franqui Francisco Flores de Freitas**. 22 July 2016, S2 15 Cr. 765 (PAC), New York: p. 1–78

UNITED STATES. United States District Court Southern District of Texas. **U.S. v. Jorge Gustavo Arévalo-Kessler**. Sentencing: Case 4:07-cr-00272, 19 de agosto de 2015.

UNITED STATES. United States District Court Southern District of New York. **U.S. v. Walid Makled-García**. Case 1:09-cr-00614-RWS, 21 de setembro de 2010.

U.S. SENATE. **Organized crime in Chicago: Hearing before the Permanent Subcommittee on Investigations of the Committee on Governmental Affairs**, United States Senate, Ninety-eighth Congress, first session, March 4, 1983, Washington: U.S. G.P.O., 1983. 224p.

US DEPARTMENT OF THE TREASURY - OFFICE OF FOREIGN ASSETS CONTROL. **Specially Designated Nationals and Blocked Persons list (SDN List)**. Washington, Estados Unidos: Disponível em <<https://sanctionssearch.ofac.treas.gov>>. Acesso em 11 de julho de 2018.

U.S. HOUSE COMMITTEE ON HOMELAND SECURITY. **A Line in the Sand: Countering Crime, Violence and Terror at the Southwest Border**. Washington: U.S. House of Representatives, 2012, 2.

VALENZUELA, Rubén Aguilar. **La policía en México**. Animal Politico. Ciudad de México, 19 de outubro de 2011. Disponível em <www.animalpolitico.com/blogueros-lo-que-quiso-decir/2011/10/19/la-policia-en-mexico> Acesso em 28 de agosto de 2017.

VAN DIJK, Jan; SPAPENS, Toine. Transnational Organized Crime Networks Across the World. In **Transnational Organized Crime**, ALBANESE, Jay; REICHEL, Philip (eds). Thousand Oaks: SAGE Publications, 2014. p. 7-28

VAN DUYNE, Petrus. Crime and commercial activity: an introduction to two half-brothers. In VAN DUYNE, Petrus; LAMPE, Klaus von; VAN DIJCK, Maarten; NEWELL, James (eds). **The organised crime economy: Managing crime markets in Europe**. Nijmegen: Wolf Legal Publishers, 2005. p. 1-17.

VEILLETTE, Connie. *Plan Colombia: A Progress Report*. Washington D.C.: CRS Report for Congress, 2005. 17p.

VISWANATHA, Aruna e WOLF, Brett. **HSBC to pay \$1.9 billion U.S. fine in money-laundering case**. Reuters, Nova York, 11 de dezembro de 2012. Disponível em <<https://www.reuters.com/article/us-hsbc-probe/hsbc-to-pay-1-9-billion-u-s-fine-in-money-laundering-case-idUSBRE8BA05M20121211>>. Acesso em 18 de janeiro de 2018

WATT, Peter; ZEPEDA, Roberto. **Drug War Mexico: Politics, Neoliberalism and Violence in the New Narcoeconomy**. New York: Zed Books, 2012. 260p.

WEST, Jessica. The Political Economy of Organized Crime and State Failure: The Nexus of Greed, Need and Grievance. In **Innovations: A Journal of Politics**, vol. 6. 2006. 17 p.

WILKIE, James. **The Mexican Revolution: Federal Expenditure and Social Change Since 1910**. Berkeley: University of California Press, 1970. 337p.

WILLIAMS, Phil. **Transnational Criminal Organisation and International Security**. Oxford: Oxford University Press, 1994.

-----, Transnational Organized Crime. In WILLIAMS, Paul (ed.). **Security Studies: an Introduction**. New York: Routledge, 2013. p. 503-519

----- e GODSON, Roy. Anticipating Organized and Transnational Crime. In **Crime Law and Social Change**, Vol. 37, 2002. p. 311-355.

ZEPEDA GIL, Raúl. Siete tesis explicativas sobre el aumento de la violencia en México. In **Política y Gobierno**, Vol. 25, Núm. 1, 2018. p. 185-211

ZULUAGA NIETO, Jaime. **Cuando la corrupción invade el tejido social**. Revista Nueva Sociedad No. 145. Septiembre-Octubre 1996, Buenos Aires. p. 148-159.

8 — Notas

¹Douglas Hofstadter cunhou o termo “alça estranha” (strange loop) ao se referir a situações na qual uma alteração de nível termina no mesmo ponto de partida (HOFSTADTER 2007, p. 101). Para ilustrar o dilema, ele utiliza o desenho do artista gráfico holandês Maurits Cornelis Escher, em que duas mãos se desenham mutuamente. O paradoxo remete a Aristóteles, foi proposto por Plutarco e outros filósofos. No Brasil, entrou no imaginário popular em razão de um comercial de TV de uma marca de biscoitos, nos anos 80: “Tostinesé fresquinho porque vende mais ou vende mais porque é fresquinho?”

² Segundo estudo *México: Anatomía de la Corrupción*, feito em conjunto pelo Centro de Investigación y Docencia Económicas (CIDE) e pelo Instituto Mexicano para La Competitividad (IMCO), p. 58.

³ PAOLI, 2011, p.12

⁴ U.N. Office on Drugs and Crime, 2004, anexo 1, art. 2º, alínea a, b e c (p. 5)

⁵ ALBANESE 2004, p. 4.

⁶ Informações estão em Meza (2015), na reportagem “Los Nacros no Evaden Impuestos”, da revista Emequis. O cruzamento das informações contidas nas duas listas (SDN e ISN) mostra, por exemplo, que Ismael Zambada, conhecido como “El Mayo”, chefe do cartel de Sinaloa, tem dez empresas banidas pelo Departamento do Tesouro dos Estados Unidos que estão ativas e mantêm operações comerciais regulares, incluindo uma creche (Niño Feliz), um parque aquático (Los Cascabeles) e uma empresa de pesca de camarão (Doña Mariela).

⁷ Depoimento dado no dia 4 de março de 1983 em nome da Comissão do Crime de Chicago. Roemer foi agente por 30 anos, 24 deles no escritório do FBI em Chicago (p.51).

⁸ TILLY, 2002, p. 170.

⁹ BRAUDEL, Fernand, *La Méditerranée et le Monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*, vol. 2, 1966, p. 88-89 apud TILLY, 2002, p. 173).

¹⁰ GROENVELD e SCHUTTE, 1992, p. 218

¹¹ ANDREAS, 2013, p. 4.

¹² KRUISBERGEN, KLEEMANS e KOUWENBERG, 2015, p. 81

¹³ VAN DIJK e SPAPENS, 2014, p.8.

¹⁴ STREATFEILD, 2001, p. 238-239.

¹⁵ MOHL, 1982, p. 65

¹⁶ SCOTT e MARSHALL, 1991, p. 93

¹⁷ FEILING, 2009, p. 208

¹⁸ ESQUIVEL, 2016, p. 55-48

¹⁹ É comum aproveitar um carregamento de drogas para levar imigrantes ilegais ou mercadorias contrabandeadas (ESQUIVEL, 2016, p. 45-62)

²⁰REALUYO, 2012, p. 10

²¹NEUMAN, William. Bribes Let Tomato Vendor Sell Tainted Food. The New York Times, Nova York, 24 de fevereiro de 2010

²²ESQUIVEL, 2016, p. 61

²³ GOTTSCALK, 2010, p.21

²⁴ WILLIAMS, 2013, p.514

²⁵ VAN DUYNE, 2005, p.1

²⁶ FICKENAUER 2007, p.8

²⁷NAYLOR 2003, p. 85-88

²⁸Ibidem

²⁹TEIXEIRA, Luciana da Silva, 2016, p. 49. Dados analisados do mercado das quatro drogas de maior prevalência no Brasil: maconha, cocaína, crack e ecstasy. A autora do estudo considera os dados sobre número de usuários e preços com base nos no Relatório Mundial de Drogas de 2009 do UNODC.

³⁰*U.S. vs. Joaquín Guzmán Loera and Ismael Zambada Garcia*, p. 49. “The United States hereby gives notice to the defendants that, upon conviction of the offense charged in Count Seventeen, the government will seek forfeiture in accordance with Title 18, United States Code, Section 982, of all property involved in such offense, and all property traceable to such property, including but not limited to at least approximately a sum of 14 billion in United States currency”.

³¹ *A Line in the Sand: Countering Crime, Violence and Terror at the Southwest Border*. Relatório do Comitê de Segurança Nacional da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos. Estimativas feitas de acordo com a taxa cambial de 17 de agosto de 2018.

³² Em 2016, a Aeroméxico tinha 127 aviões. É claro que a maioria dos aviões operados por Sinaloa são de pequeno porte: Cessna, Gulfstream, Piper e Beechcraft.

³³*U.S. v. Jorge Gustavo Arévalo-Kessler*, p. 13.

³⁴Laudo nº 2311/2015-SETEC/SR/DPF/PR, tabela 37, p. 59-60.

³⁵ A multinacional gastou, nos dois anos seguintes, US\$ 680 milhões em investigações internas e na adoção de uma política de conformidade e transparência.

³⁶ No dia 8 de maio de 2018, o Supremo Tribunal Federal aceitou a denúncia da Procuradoria-Geral da República e abriu ação penal contra Geddel e o deputado federal Lúcio Vieira Lima (MDB-BA) pelos crimes de lavagem de dinheiro e associação criminosa.

³⁷ Attachment A, Certificate of Corporate Resolutions, “Exhibit 1”, p. B-19. Segundo o documento, a Odebrecht teria recebido contratos no valor de US\$ 39 milhões em troca da propina.

³⁸North American Organised Crime, p 9.

³⁹Organized Crime, p. 4

⁴⁰ KRUISBERGEN, VAN DE BUNT e KLEEMANS, 2012, p.64

⁴¹WILLIAMS, 2013, p.518

⁴²BAILEY e TAYLOR, 2009, p. 11

⁴³Normalmente, as narcomantas mandam recados a cartéis rivais, policiais ou políticos que saíram da linha. Elas servem ainda para oferecer recompensas para a captura de traficantes rivais ou justificar crimes perante a sociedade.

⁴⁴No trecho de uma delas se lia: “Extraoficialmente, aguardamos os frutos do nosso trabalho para o seu partido, algo que até agora não vimos”.

⁴⁵SCOTT e MARSHALL, 1991, p. 44-47

⁴⁶ A cocaína criou distorções na economia legal. Segundo o Ministério do Interior, metade dos dólares que entravam na Bolívia vinha do narcotráfico, dois terços das exportações eram contrabando e drogas. Em 1987, de acordo com dados do governo, o mercado de cocaína movimentava US\$ 1,5 bilhão, do qual US\$ 600 milhões ficavam no país. MARCY, 2010, p. 26-27 e 46-47

⁴⁷VEILLETTE, 2005, p.16

⁴⁸ Os sóis (soles, em espanhol) são as divisas de oficiais do exército venezuelano. O cartel ganhou este nome justamente em razão do generalato, que carrega quatro sóis no ombro, estar envolvido no narcotráfico.

⁴⁹FARAH, 2012, p. 43

⁵⁰ NAYLOR, 2003, p. 91-92

⁵¹UNODC, 2017, Parte 5, p. 11, 15 e 42

⁵²BUSCAGLIA, 2013, p.26-27, e 2015. Buscaglia apresenta uma lista de 22 delitos: contrabando de bens e serviços, execução de funcionários públicos, extorsão, falsificação de dinheiro, falsificação de documentos, fraudes de cartão de crédito, homicídio qualificado, roubo de patrimônio, infiltração patrimonial, lavagem de dinheiro, pirataria, prostituição, tortura, pornografia, roubo de veículos, sequestro, tráfico de armas, tráfico de cigarros, tráfico de seres humanos (ativo e passivo), tráfico de material radioativo, tráfico de drogas e terrorismo. No México, apenas o tráfico de material radioativo não é realizado de maneira sistemática pelas organizações criminosas.

⁵³ Em seu trabalho, o cientista político Daniel Treisman usa índices de percepção de corrupção em um modelo de regressão para testar correlações entre corrupção e as hipóteses propostas por ele. Das 14 hipóteses, destacam-se três aspectos mais relevantes para este trabalho.

⁵⁴ O termo em inglês usado é “overgrazing”, ou sobrepastoreio, termo usado para o excesso de exposição do pasto a um rebanho. TREISMAN 2000, p. 433.

⁵⁵ O impacto de 45 anos ininterruptos de democracia reduziria a corrupção em 1,5 pontos em uma escala de 10 pontos (p. 434).

⁵⁶ O aumento de importações contabilizadas no PIB de 0 para 10% significa uma redução de 0,1 a 0,2 nos índices de corrupção (p. 435).

⁵⁷ PAOLI, 2011, p.17-18

⁵⁸ ALBINI, 1971, p.34

⁵⁹ TAFT e ENGLAND apud ALBINI e MCILLWAIN, 2012, p.18.

⁶⁰ GOTTSCHALK, 2010, p.24

⁶¹ VAN DIJK e SPAPENS, 2014, p.7-8

⁶² FINCKENAUER, 2007, p.6

⁶³ UNODC, 2002 apud VAN DIJK e SPAPENS, 2014, p.9

⁶⁴ KATZ e MAIR, 1992, p. 16-17

⁶⁵ Partidos que buscam atrair pessoas com diversos pontos de vista e de várias correntes ideológicas, ao contrário dos partidos que seguem uma linha ideológica concreta e procuram atrair eleitores que simpatizem com esses ideais (KATZ e MAIR, 1992, p.6-8).

⁶⁶ WILLIAMS, 2013, p. 503

⁶⁷ MALONE e MALONE-ROWE, 2014, p.471

⁶⁸ HELD, 2004, p.130

⁶⁹ NAÍM, 2006, p.12-13

⁷⁰ VAN DIJK e SPAPENS, 2014, p.18-19

⁷¹ ROTBERG 2003, p. 2

⁷² ANDREAS, 1999, p.91

⁷³ PASSAS, 1998, p. 399-423

⁷⁴ WEST, 2006, p.3-11

⁷⁵ Presidential Decision Directive 42, October 21st, 1995. “As agências do governo norte-americano devem dar prioridade e aumentar os recursos para a ameaça direta que o crime internacional representa para a segurança nacional”.

⁷⁶ “But because we must win this battle together, I now invite every country to join in negotiating and endorsing a declaration on international crime and citizen safety, a declaration which would first include a no-sanctuary pledge, so that we could say together to organized criminals, terrorists, drug traffickers, and smugglers, ‘You have nowhere to run and nowhere to hide’.” Discursos na Assembleia-Geral da ONU (22 de outubro de 1995).

⁷⁷BAILEY e GODSON, 2000, p. 1-29

⁷⁸LUPSHA, 1996 apud PIMENTEL, 1999, p.39

⁷⁹CAMP, 1999, p. 29

⁸⁰ No Brasil, a existência de tribunais superiores (Justiça, Trabalho, Eleitoral e Militar) transformou o STF, na prática, em uma “quarta instância”. Este tipo de externalidade, no México, se verifica no Tribunal Federal de Justiça, que delibera apenas sobre questões fiscais e administrativas.

⁸¹ BRASIL. Diário Oficial da União. Edição 167, Seção 1, Brasília, 29 de agosto de 2018. p.55

⁸² FMI World Economic Outlook

⁸³ BANCO MUNDIAL. World Development Indicators 2018.

⁸⁴ INEGI (2018).

⁸⁵Ibidem.

⁸⁶No México, desempregados e trabalhadores informais somam pouco mais de 30 milhões (INEGI, 2018). No Brasil, são cerca de 40 milhões (IBGE, 2018).

⁸⁷NAYLOR, 2012, p.87

⁸⁸ A Dinamarca tem a carga tributária mais alta do mundo, 46,6% do PIB, enquanto o Paraguai tem um sistema tributário simples, com uma carga tributária de 13,4% do PIB. No entanto, a criminalidade, que depende de outros fatores, opera de maneira diferente em ambos os casos.

⁸⁹Constituição Federal Brasileira, artigo 144.

⁹⁰ IBGE, 2014, p. 72

⁹¹ Instituído pela Lei n. 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, o fundo foi criado para apoiar projetos na área de segurança pública de responsabilidade dos estados e dos municípios onde houvesse Guarda Municipal. Segundo o IBGE, o percentual de municípios com guarda municipal no Brasil era de 14,1%, em 2006; passou para 17,8%, em 2012; e para 19,4%, em 2014. “Em números absolutos, isso significa que 1.081 dos 5.570 municípios brasileiros responderam possuir guarda municipal em 2014. Um dos fatores que podem ter contribuído para este resultado é a sua presença como um dos requisitos para os municípios acessarem recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (p. 81).

⁹² A Polícia Federal (PF), subordinada à Secretaria de Segurança Pública (SSP) e ao Ministério do Interior, e a Polícia Federal Ministerial (PFM), com funções investigativas, ligada à Procuradoria-Geral da República (PGR).

⁹³ VALENZUELA (2011).

⁹⁴ CABALLERO, 2018.

⁹⁵ Em 2018. Comisión Nacional de los Salarios Mínimos. Disponível em <www.gob.mx/conasami/articulos/nuevo-salario-minimo-general-88-36-pesos-diarios?idiom=es>. Acesso em 25 de agosto de 2018.

⁹⁶ CAMP, 1999, p. 44-46

⁹⁷ HISAYASU, 2018

⁹⁸ RIOS, 2011, p.8-9,

⁹⁹ NAYLOR, 2003, p, 95.

¹⁰⁰ WILLIAMS e GODSON, 2002, p.317

¹⁰¹ Em setembro de 2017, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento de uma ação direta de inconstitucionalidade apresentada pela OAB e decidiu, por 8 votos a 3, que era ilegal a doação em dinheiro, por pessoas jurídicas, a partidos políticos. O impacto que a decisão terá ainda é um capítulo aberto no modelo eleitoral brasileiro.

¹⁰² CASAR, 2013, p. 248